

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES
Programa de Pós-Graduação em Administração Mestrado

CLAYTON ÂNGELO PEREIRA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUAS RELAÇÕES COM PLANEJAMENTO
FUTURO: responsabilidade e conhecimento financeiro

Belo Horizonte
2024

CLAYTON ÂNGELO PEREIRA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUAS RELAÇÕES COM PLANEJAMENTO
FUTURO: responsabilidade e conhecimento financeiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Jersone Tasso Moreira Silva

Área de Concentração: Organização e Estratégia

Linha de Pesquisa: Estratégia, Inovação e Competitividade

Belo Horizonte
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário
Bruno Tamiatt de Almeida CRB6 3082

P436e	<p>Pereira, Clayton Ângelo</p> <p>Educação financeira e suas relações com planejamento futuro: responsabilidade e conhecimento financeiro. Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2024. 90 p.</p> <p>Orientador: Dr. Jersone Tasso Moreira Silva Dissertação (mestrado). Centro Universitário Unihorizontes. Programa de Pós-graduação em Administração.</p> <p>1. Educação financeira - Ensino médio - Educação de jovens e adultos - Modelagem de equações estruturais I. Clayton Ângelo Pereira II. Centro Universitário Unihorizontes – Programa de Pós-graduação em Administração. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 658.3</p>
-------	--

Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior e Pesquisa Ltda.
Centro Universitário Unihorizontes
Mestrado Acadêmico em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Acadêmico em Administração do(a) Senhor(a) **Clayton Ângelo Pereira** REGISTRO Nº. **862** no dia **04/02/2025** às **15:00** horas, reuniu-se no Centro Universitário Unihorizontes, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, para julgar o trabalho final intitulado "**Educação Financeira e suas Relações com Planejamento Futuro: Responsabilidade e Conhecimento Financeiro.**". Abrindo a sessão, o(a) Senhor(a) Presidente da Comissão, **Prof. Dr. Jersone Tasso Moreira Silva** após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares da apresentação do Trabalho Final, passou a palavra ao(a) candidato(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após a Comissão se reuniu sem a presença do(a) candidato(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final: **APROVADO**. O resultado final foi comunicado publicamente ao(a) candidato(a) pelo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou o(a) presente ATA, que foi assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Documento assinado digitalmente
 **JERSONE TASSO MOREIRA SILVA**
Data: 25/02/2025 09:35:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

04/02/2025

Prof. Dr. Jersone Tasso Moreira Silva
Centro Universitário Unihorizontes

Documento assinado digitalmente
 **THAIS PINTO DA ROCHA TORRES**
Data: 24/02/2025 16:16:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Thais Pinto da Rocha Torres
Centro Universitário Unihorizontes

Documento assinado digitalmente
 **DENISE BARROS DE AZEVEDO**
Data: 24/02/2025 12:17:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Denise Barros de Azevedo
UFMS

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE DISSERTAÇÃO

NORMALIZAÇÃO DE ACORDO COM:

ALMEIDA, Bruno Tamielt de. (2024). *Orientações para formatação de teses e dissertações: baseadas nas normas American Psychological Association APA*. Belo Horizonte: Unihorizontes.

REVISÃO DE PORTUGUÊS FUNDAMENTADA EM:

LIMA, Rocha. (2011). *Gramática normativa da língua portuguesa* [49ª ed.]. Rio de Janeiro: José Olympio.

PASCHOALIN, M. A. (2008). *Gramática: teoria e exercícios*. São Paulo: FTD.

FERREIRA, A. B. H. (2008). *Dicionário da língua portuguesa* (7ª ed.). Curitiba: Positivo. (Acordo ortográfico).

Declaro ter realizado a revisão de português, literatura e formatação de acordo com as normas da APA.

Dissertação intitulada “**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUAS RELAÇÕES COM PLANEJAMENTO FUTURO: responsabilidade e conhecimento financeiro**”, tendo como autor o mestrando Clayton Ângelo Pereira, sob a orientação do Prof. Dr. Jersone Tasso Moreira Silva



Documento assinado digitalmente
VANUZA BASTOS RODRIGUES
Data: 16/12/2024 14:47:54-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vanuza Bastos Rodrigues

Mestre em Administração pelo Centro Universitário Unihorizontes – Belo Horizonte/MG

Doutora em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi – São Paulo/SP

Pós-doutoranda em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi – São Paulo/SP

Celular: (31) 99993-2129

Currículo lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/4031392207390120>

E-mail: vanuzabastosrodrigues@gmail.com

Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço sempre a Deus pela a força e o sustento necessário para a conclusão de mais essa etapa de minha vida acadêmica e pessoal.

Aos meus pais, Francisco Cândido e Maria Cândida, pelos ensinamentos da vida, pelo incentivo que se tornou combustível para que eu pudesse seguir trilhando o percurso.

À minha irmã Carla, que sempre acreditou em mim e me apoiou.

Aos professores do Centro Universitário Unihorizontes que compartilharam comigo seus conhecimentos ao longo do curso, especialmente ao Prof. Dr. Jersone Tasso Moreira Silva, meu orientador, com suas contribuições essenciais para a finalização deste trabalho.

Agradeço imensamente aos colegas de curso, pois também foram peças fundamentais para a conclusão, compartilhando seus conhecimentos, suas dúvidas e sempre apoiando uns aos outros.

Por fim, o meu muito obrigado a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa minha trajetória.

RESUMO

Objetivo: Este estudo busca compreender a relação entre as dimensões Conhecimento Financeiro, Planejamento Futuro, Responsabilidade Financeira e Educação Financeira em estudantes do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de escolas públicas estaduais da Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG. O objetivo central foi o de avaliar como essas dimensões se interrelacionam e identificar os fatores que mais contribuem para o fortalecimento da literacia financeira, considerando o papel da educação formal em preparar os estudantes para os desafios econômicos do mundo contemporâneo.

Aderência à linha de pesquisa: Inserida na linha de pesquisa Estratégia, Inovação e Competitividade, a pesquisa enfatiza a importância da educação financeira como ferramenta estratégica para promover maior autonomia econômica e resiliência social, alinhando-se à gestão estratégica e à formação de cidadãos economicamente conscientes.

Procedimentos metodológicos: A pesquisa utiliza uma abordagem quantitativa, com coleta de dados realizada por intermédio de questionários estruturados aplicados a estudantes do EJA. Os dados foram analisados utilizando a Modelagem de Equações Estruturais (MEE), uma técnica estatística que permite testar relações entre variáveis latentes e observar os impactos das dimensões estudadas sobre a educação financeira. Esse método possibilitou validar hipóteses teóricas e mensurar as interações complexas entre os fatores investigados.

Referencial teórico: Fundamentado em teorias como Processamento de Informações Financeiras, Modelo de Gilligan, Teoria do Capital Social, Autoeficácia Percebida e Avaliação de Consequências Futuras, o estudo considerou os aspectos econômicos, psicológicos e sociais que influenciam a educação financeira.

Resultados: Os achados revelaram correlações significativas entre as dimensões analisadas. O conhecimento financeiro mostrou forte impacto na educação financeira, enquanto o planejamento futuro e a responsabilidade financeira contribuíram para comportamentos mais informados e sustentáveis. Foi evidenciado que o fortalecimento da literacia financeira depende de abordagens que combinem instrução prática e promoção de habilidades reflexivas.

Contribuições teóricas e metodológicas: A pesquisa amplia o entendimento sobre fatores psicossociais que influenciam a literacia financeira e valida a utilização da MEE em estudos sobre educação no Brasil.

Contribuições sociais: Os resultados fornecem subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam uma educação financeira mais inclusiva, reduzindo desigualdades econômicas e promovendo a cidadania.

Palavras-chave: Educação financeira. Ensino médio. Educação de Jovens e Adultos. Modelagem de Equações Estruturais.

ABSTRACT

Objective: This study aims to understand the relationship between the dimensions of Financial Knowledge, Future Planning, Financial Responsibility, and Financial Education among high school students in the Youth and Adult Education (EJA) program at public state schools in the Metropolitan Region of Belo Horizonte, MG, Brazil. The central objective is to evaluate how these dimensions interrelate and identify the factors that most contribute to strengthening financial literacy, considering the role of formal education in preparing students for the economic challenges of the contemporary world.

Alignment with research focus: Aligned with the Strategy, Innovation, and Competitiveness research line, this study emphasizes the importance of financial education as a strategic tool to foster greater economic autonomy and social resilience, contributing to strategic management and the development of economically conscious citizens.

Methodological procedures: The research adopts a quantitative approach, with data collected through structured questionnaires administered to EJA students. Data analysis was conducted using Structural Equation Modeling (SEM), a statistical technique that tests relationships between latent variables and observes the impacts of the studied dimensions on financial education. This method allowed for validating theoretical hypotheses and measuring complex interactions between the investigated factors.

Theoretical framework: Grounded in theories such as Financial Information Processing, Gilligan's Model, Social Capital Theory, Perceived Self-Efficacy, and Future Consequence Evaluation, the study considers economic, psychological, and social aspects influencing financial education.

Results: Findings revealed significant correlations between the analyzed dimensions. Financial knowledge showed a strong impact on financial education, while future planning and financial responsibility contributed to more informed and sustainable behaviors. It was demonstrated that strengthening financial literacy depends on approaches combining practical instruction and the promotion of reflective skills.

Theoretical and methodological contributions: The research expands the understanding of psychosocial factors influencing financial literacy and validates the use of SEM in education studies in Brazil.

Social contributions: The results provide insights for developing public policies that promote more inclusive financial education, reduce economic inequalities, and foster citizenship.

Keywords: Financial education. High school. Youth and Adult Education. Structural Equation Modeling.

RESUMEN

Objetivo: Este estudio busca comprender la relación entre las dimensiones de Conocimiento Financiero, Planificación Futura, Responsabilidad Financiera y Educación Financiera en estudiantes de nivel secundario del programa de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en escuelas públicas estatales de la Región Metropolitana de Belo Horizonte, MG, Brasil. El objetivo central es evaluar cómo se interrelacionan estas dimensiones e identificar los factores que más contribuyen al fortalecimiento de la alfabetización financiera, considerando el papel de la educación formal en preparar a los estudiantes para los desafíos económicos del mundo contemporáneo.

Adhesión a la línea de investigación: Inserto en la línea de Estrategia, Innovación y Competitividad, el estudio enfatiza la importancia de la educación financiera como herramienta estratégica para fomentar mayor autonomía económica y resiliencia social, alineándose con la gestión estratégica y la formación de ciudadanos económicamente conscientes.

Procedimientos metodológicos: La investigación utiliza un enfoque cuantitativo, con recolección de datos realizada a través de cuestionarios estructurados aplicados a estudiantes del EJA. Los datos fueron analizados mediante Modelado de Ecuaciones Estructurales (SEM), una técnica estadística que permite probar relaciones entre variables latentes y observar los impactos de las dimensiones estudiadas sobre la educación financiera. Este método permitió validar hipótesis teóricas y medir las interacciones complejas entre los factores investigados.

Marco teórico: Basado en teorías como Procesamiento de Información Financiera, Modelo de Gilligan, Teoría del Capital Social, Autoeficacia Percibida y Evaluación de Consecuencias Futuras, el estudio considera aspectos económicos, psicológicos y sociales que influyen en la educación financiera.

Resultados: Los hallazgos revelaron correlaciones significativas entre las dimensiones analizadas. El conocimiento financiero mostró un fuerte impacto en la educación financiera, mientras que la planificación futura y la responsabilidad financiera contribuyeron a comportamientos más informados y sostenibles. Se evidenció que el fortalecimiento de la alfabetización financiera depende de enfoques que combinen instrucción práctica y promoción de habilidades reflexivas.

Contribuciones teóricas y metodológicas: La investigación amplía la comprensión de los factores psicosociales que influyen en la alfabetización financiera y valida el uso del SEM en estudios sobre educación en Brasil.

Contribuciones sociales: Los resultados proporcionan insumos para el desarrollo de políticas públicas que promuevan una educación financiera más inclusiva, reduciendo desigualdades económicas y fomentando la ciudadanía.

Palabras clave: Educación financeira. Nivel secundario. Educación de jóvenes y adultos. Modelado de Ecuaciones Estructurales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões da educação financeira	24
Figura 2 - Modelo Adaptado de Gilligan.....	43
Figura 3 - Diagrama de Caminho	43
Figura 4 - Percurso metodológico	49
Figura 5 - Modelo hipotético da pesquisa	54
Figura 6 - Resultados da estimação dos parâmetros do modelo – efeitos diretos	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultados quantitativos por temas nas bases de dado Scielo, Capes e Spell	20
Tabela 2 - Hipóteses	44
Tabela 3 - Estatísticas descritivas da amostra	50
Tabela 4 - Estatísticas descritivas – construto Conhecimento Financeiro	52
Tabela 5 - Estatísticas descritivas – construto Planejamento Futuro	52
Tabela 6 - Estatísticas descritivas – construto Responsabilidade Financeira	53
Tabela 7 - Estatísticas descritivas – construto Educação Financeira.....	53
Tabela 8 - Hipóteses do modelo da pesquisa	54
Tabela 9 - Medidas de consistência interna	56
Tabela 10 - Variância extraída, por indicador	57
Tabela 11 - Validade discriminante dos indicadores (Índice HTMT).....	58
Tabela 12 - Significância estatística das cargas por indicador	59
Tabela 13 - Significância estatística dos pesos por construto de primeira ordem	61
Tabela 14 - Parâmetros do modelo estrutural	61
Tabela 15 - Resultado do teste de hipóteses	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACF	Avaliação de Consequências Futuras
BCB	Banco Central do Brasil
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EE	Escola Estadual
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMTI	Ensino Médio de Tempo Integral
FIV	Fator de Inflação de Variância
MEC	Ministério da Educação
MEE	Modelagem de Equações Estruturais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PISA	Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SPELL	Scientific Periodicals Electronic
VME	Variância Média Extraída

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.2 Objetivos	17
1.2.1 <i>Objetivo geral</i>	17
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	17
1.3 Justificativa	17
1.4 Aderência do estudo à linha de pesquisa	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 A Educação financeira como ferramenta para a formação de cidadãos conscientes	23
2.2 Teoria do Processamento de Informações Financeiras	26
2.2.1 <i>Sistema 1 da teoria do processamento de informações financeiras</i>	26
2.2.2 <i>Sistema 2 da teoria do processamento de informações Financeiras</i>	27
2.3 Educação financeira no Brasil	28
2.4 Possíveis caminhos	30
2.5 Consequências da falta de educação financeira	31
2.5.1 <i>Endividamento excessivo</i>	31
2.5.2 <i>Dificuldades em poupar e investir</i>	32
2.5.3 <i>Falta de Preparo para o Futuro</i>	33
2.5.4 <i>Falta de familiaridade com direitos e responsabilidades financeiras</i>	34
2.5.5 <i>Dependência de crédito</i>	34
2.5.6 <i>Suscetibilidade a fraudes e golpes</i>	35
2.5.7 <i>Ausência de planejamento financeiro</i>	35
2.5.8 <i>Impacto social da educação financeira</i>	36
2.6 Modelo de Gilligan	37
2.6.1 <i>Teoria do capital social</i>	38
2.6.2 <i>Teoria da autoeficácia percebida</i>	39
2.6.3 <i>Teoria da consideração de consequências futuras</i>	41
2.6.4 <i>Estresse financeiro</i>	41
2.7 Hipóteses de pesquisa	44
3 PERCURSO METODOLÓGICO	45
3.1 Caracterização da pesquisa	45

3.2 Amostra	46
3.3 Técnica de coleta de dados	47
3.4 Estratégia de análise	48
4. ANÁLISE DE DADOS	50
4.1 Análise descritiva da amostra	50
4.2 Análise do modelo hipotético	54
4.2.1 <i>Capacidade explicativa do modelo</i>	55
4.2.2 <i>Análise do modelo de mensuração.</i>	55
4.2.3 <i>Análise do modelo estrutural e teste de hipóteses</i>	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE	80

1 INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo, a educação financeira emerge como um pilar fundamental para capacitar indivíduos diante de um ambiente financeiro cada vez mais complexo e dinâmico. A crescente interconexão global, as rápidas mudanças nas tecnologias financeiras e a diversificação dos produtos e serviços financeiros exigem dos cidadãos uma habilidade sólida para compreender e gerir suas finanças pessoais (Silva e Monteiro, 2023).

Conforme ressaltado por Neves (2021), a literacia financeira, que compreende a habilidade e compreensão em relação a conceitos financeiros, determina a capacidade de uma pessoa entender e aplicar conceitos relacionados à finanças pessoais, como orçamento, poupança, investimento, crédito, entre outros. Isso, não apenas influencia as decisões individuais de consumo e poupança, mas, também, desempenha um papel de relevância na promoção da estabilidade econômica em níveis macroeconômicos.

Chen e Volpe (1998) destacam que a falta de literacia financeira entre os estudantes pode ter implicações significativas para seu futuro financeiro, afetando negativamente suas decisões de investimento, poupança e a capacidade de gerenciar suas finanças pessoais. Eles enfatizam a necessidade de integrar a educação financeira desde as etapas iniciais da formação educacional para equipar os indivíduos com as habilidades necessárias para enfrentar os desafios financeiros da vida adulta.

Nesse contexto, para Souza (2013), as escolas públicas estaduais no Brasil desempenham um papel importante na disseminação desse conhecimento, posicionando-se como agentes fundamentais na formação de cidadãos plenamente capacitados para lidar com os desafios financeiros do mundo contemporâneo.

Lusardi e Mitchell (2014) ressaltam que a educação financeira nas escolas equipa os alunos com as competências essenciais para se envolverem ativamente na sociedade, capacitando-os a fazer escolhas esclarecidas que vão além das finanças, impactando favoravelmente sua qualidade de vida e promovendo a formação de uma comunidade mais consciente e economicamente sustentável.

Soares et al. (2021) argumentam que a educação financeira aplicada nas escolas públicas não tem o objetivo de tornar os alunos ricos, mas, sim, indivíduos socialmente responsáveis, que compreendem o conceito de dinheiro e mantêm uma relação saudável com ele.

Conforme explicam Vieira e Pessoa (2020), a educação financeira, quando integrada de maneira eficaz por diferentes e confiáveis canais, tal como a escola, transcende a simples

transmissão de conceitos práticos. Ela se converte em uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e para a promoção de uma consciência crítica em relação às dinâmicas econômicas e sociais, podendo promover o bem-estar das famílias

Para Dantas (2023), a inclusão da educação financeira nas escolas contribui para o desenvolvimento de habilidades práticas, o entendimento de orçamento, planejamento financeiro, investimentos e, ainda, desempenha um papel fundamental na formação de uma consciência crítica. De acordo com Silva e Monteiro (2023), a educação financeira desempenha um papel importante na formação dos indivíduos, fornecendo-lhes os conhecimentos e habilidades necessários para lidar com as questões financeiras do cotidiano, incluindo orçamento, poupança, investimentos e gestão de dívidas. Os estudantes, ao adquirirem conhecimentos financeiros, tornam-se aptos a analisar criticamente as interações entre a economia e a sociedade, compreendendo as implicações mais amplas das decisões financeiras, tanto a nível individual como coletivo.

De acordo com o Ministério da Educação ([MEC], 2021), por intermédio do Programa Educação Financeira na Escola, ao reconhecer a educação financeira como um elemento integral do processo educacional, as escolas públicas no Brasil preparam os estudantes para lidar com as demandas financeiras do cotidiano e os equipam com habilidades analíticas e uma perspectiva crítica que se estende para além do campo econômico, enriquecendo seu papel como agentes formadores de cidadãos plenamente participativos na sociedade contemporânea.

A educação financeira desempenha influência direta na formação de cidadãos capazes de tomar decisões informadas e responsáveis em relação às finanças pessoais. De acordo com Neres et al. (2023), a inclusão da educação financeira no currículo escolar se faz essencial para equipar os estudantes com as competências necessárias para enfrentar os desafios financeiros que surgem ao longo da vida, especialmente diante da complexidade do cenário financeiro contemporâneo. Assim, integrar a educação financeira de maneira eficaz no currículo torna-se imperativo, proporcionando aos alunos as habilidades e conhecimentos essenciais para uma gestão financeira responsável e informada.

De acordo com Padilha et al. (2023), algumas escolas integram a educação financeira em disciplinas existentes, como matemática ou ciências sociais, enquanto outras, adotam abordagens mais integradas, oferecendo cursos dedicados exclusivamente a esse tema.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ([OCDE], 2005) recomenda que a educação financeira comece na escola e destaca a sua importância central no enfrentamento do baixo grau de letramento financeiro.

A falta de conhecimento em finanças se apresenta como um problema crítico que afeta a capacidade dos estudantes de tomar decisões financeiras informadas. De acordo com a pesquisa do Senado Federal (2019), a falta de educação financeira se tornou um problema recorrente, especialmente entre os jovens. Isso fica demonstrado por meio de estudos que mostram que apenas 9% dos entrevistados se sentem muito seguros ao gerenciar seu dinheiro, sendo que a maioria dos estudantes não tem conhecimento sobre as opções de investimentos financeiros. Além disso, a falta de conhecimento sobre finanças pode afetar outros âmbitos da vida, como a saúde física e emocional, profissional, social e familiar.

O estudo de Moura e Carvalho (2021) mostrou que os alunos têm dificuldades em lidar com finanças pessoais e com a falta de planejamento e controle de gastos. Isso leva a tomadas de decisões precipitadas, que podem ter consequências negativas a longo prazo. A educação financeira se faz necessária para que os estudantes desenvolvam habilidades para gerenciar seus recursos financeiros de forma eficaz, planejar para o futuro e evitar o endividamento. No entanto, a falta de educação financeira em escolas impede que os estudantes desenvolvam essas habilidades, tornando-as vulneráveis a decisões financeiras ruins que podem afetar suas vidas futuras

Os resultados da pesquisa de Nascimento (2020), com 1.200 estudantes de escolas públicas estaduais de Goiânia-GO, apontam que apenas 5,8% dos estudantes apresentaram nível de educação financeira considerado bom enquanto, a maioria (56,8%), apresentou nível regular e 37,4% nível ruim. Fatores como sexo, idade, renda familiar e escolaridade dos pais influenciaram significativamente o nível de educação financeira dos estudantes.

Segundo Souza et al. (2023), em pesquisa desenvolvida sobre a aplicação da educação financeira nas primeiras fases das crianças e adolescentes mostrou a importância dessa iniciativa. Além disso, revelou que a educação financeira nas escolas pode ajudar a reduzir a inadimplência e a dívida, pois os estudantes que recebem essa formação são mais propensos a entender melhor as condições financeiras da família e a lidar com o dinheiro de forma mais responsável.

Para Arantes et al. (2023), sem uma formação adequada, os jovens têm dificuldade em realizar tarefas financeiras simples, como fazer um orçamento pessoal, entender juros e investimentos. Sem conhecimento sobre finanças, os jovens ficam mais vulneráveis a cair em armadilhas financeiras, como o uso excessivo de cartão de crédito e empréstimos com juros altos. A falta de planejamento financeiro é um dos principais problemas financeiros das pessoas

incluindo poupança e investimentos para o futuro e isso surge a partir da falta de educação financeira (Araújo et al., 2018).

Hurtado e Freitas (2020) alegam que o planejamento futuro se posiciona como uma variável que se destaca na formação da educação financeira de cidadãos, formando indivíduos que possuem uma visão clara de seus objetivos financeiros e que tendem a adotar comportamentos financeiros mais saudáveis, como o hábito de poupar, investir e evitar dívidas desnecessárias.

A capacidade de planejar o futuro está intrinsecamente ligada à conscientização sobre as consequências das escolhas financeiras a longo prazo, essencial para uma formação financeira robusta (Cattani et al., 2021). Um bom planejamento financeiro não só melhora a gestão das finanças pessoais, mas, também, promove maior consciência sobre o impacto das decisões financeiras ao longo da vida.

A deficiência ou falta de políticas de educação financeira no ensino básico se tornou um problema recorrente em muitos países, incluindo o Brasil. A pesquisa de Franzoni et al. (2018) revelou que tanto os alunos como os professores e a direção escolar sentem a falta de educação financeira nas aulas. Essa falta de políticas públicas e de estratégias educacionais pode contribuir para a insuficiência do nível de educação financeira dos alunos e, conseqüentemente, para a dificuldade em gerenciar suas finanças.

A falta de educação financeira, segundo Sousa e Galvão (2020), tem um impacto significativo na economia do país. A baixa poupança caracteriza um dos principais resultados da falta de educação financeira. Isso ocorre porque as pessoas não sabem como gerenciar seus recursos financeiros de forma eficaz, o que as impede de poupar e investir adequadamente. A poupança pode ser considerada fundamental para o crescimento econômico, pois permite que as pessoas acumulem recursos para investir em setores produtivos e melhorar a qualidade de vida.

Brito et al. (2023) consideram que as barreiras culturais que dificultam a integração da educação financeira no ambiente escolar incluem o desconhecimento da importância da educação financeira, pois, muitas pessoas não compreendem a relevância da educação financeira para a vida adulta, trazendo a cultura do endividamento.

Cattani et al. (2023) enfatizam que a responsabilidade financeira é um conceito fundamental da educação financeira. Ela se refere à habilidade de administrar bem o próprio dinheiro, honrar compromissos financeiros e planejar o futuro de maneira eficaz. Cultivar essa responsabilidade evita problemas financeiros e incentiva hábitos de consumo saudáveis.

Quando as pessoas não conseguem gerenciar suas finanças adequadamente, podem enfrentar o estresse financeiro. Essa situação ocorre quando as obrigações financeiras se tornam maiores do que os recursos disponíveis, resultando em sentimentos de tensão e ansiedade (Gilligan, 2012).

De acordo com os dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 2023, o número de inadimplentes no Brasil foi de 71,45 milhões, cerca de 43,78% da população. As principais dívidas dos inadimplentes no Brasil em 2023 foram:

- Bancos: 63,26% do total de dívidas;
- Água e luz: 11,85% do total de dívidas;
- Comércio: 11,32% do total de dívidas; e
- Outros setores: 7,25% do total de dívidas.

Portanto, as dívidas com bancos, especialmente o rotativo do cartão de crédito, foram os principais motivos do endividamento entre a população brasileira em 2023. As altas taxas de juros cobradas nessas modalidades de crédito ajudaram a agravar a situação da inadimplência no país.

Apesar dos esforços para integrar a educação financeira nas escolas, ainda há lacunas significativas (Lusardi & Mitchell, 2014) que se referem às deficiências ou falhas na efetiva implementação da educação financeira nas escolas. Mesmo com o reconhecimento da importância da educação financeira, muitas vezes, há desafios na aplicação eficaz dessa temática no currículo escolar. Essas lacunas podem incluir a falta de recursos educacionais adequados, treinamento insuficiente dos professores, ausência de políticas educacionais específicas ou barreiras culturais que dificultam a integração da educação financeira no ambiente escolar.

A integração da educação financeira no currículo escolar pode ser dificultada pela falta de materiais e recursos educacionais específicos para o ensino da disciplina, tais como materiais didáticos específicos, *software* e ferramentas digitais, acessibilidade a recursos *on-line* e, até mesmo, parcerias com instituições financeiras (Angelos, 2023).

Segundo o Ministério da Educação (2021), há um baixo grau de Educação Financeira entre os estudantes, o que foi evidenciado pelas avaliações do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA) de 2015 e 2018. Isso sugere que os alunos do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da cidade de Belo Horizonte-MG, podem enfrentar desafios semelhantes em relação ao seu conhecimento financeiro.

Assim, perante o que foi exposto acerca dos benefícios e da importância da Educação Financeira realiza-se a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a relação entre as dimensões Conhecimento Financeiro, Planejamento Futuro, Responsabilidade Financeira e Educação Financeira em escolas públicas estaduais do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos da Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG?

1.2 Objetivos

Para responder à pergunta de pesquisa, foram definidos o objetivo geral e os objetivos específicos, detalhados nos próximos subtópicos.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a relação entre as dimensões Conhecimento Financeiro, Planejamento Futuro, Responsabilidade Financeira e Educação Financeira dos alunos do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos nas escolas públicas estaduais da Região Metropolitana de Belo Horizonte-MGs.

Para que esse objetivo fosse alcançado, foram constituídos os objetivos específicos.

1.2.2 Objetivos específicos

- 1) Analisar a relação entre o conhecimento financeiro e a educação financeira.
- 2) Analisar a relação entre o planejamento futuro e a educação financeira.
- 3) Analisar a relação entre responsabilidade financeira e a educação financeira.

1.3 Justificativa

De acordo com Lusardi e Mitchell (2020), a importância da educação financeira tem sido amplamente reconhecida como fundamental para capacitar indivíduos a tomarem decisões financeiras informadas e responsáveis em suas vidas pessoais e profissionais.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender o estado atual da educação financeira dos alunos do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos das escolas públicas estaduais de Belo Horizonte-MG e identificar as oportunidades de melhoria.

Além disso, a investigação dos fatores que influenciam o acesso à educação financeira permitiu uma análise mais abrangente dos desafios enfrentados pelas escolas públicas estaduais na promoção da literacia financeira entre os alunos. Faz-se necessário compreender esses fatores para propor estratégias e políticas públicas que visem superar as barreiras e promover uma educação financeira eficaz e inclusiva. Para tanto, tem-se o apoio de Sherraden (2010) que examina como programas de educação financeira podem capacitar indivíduos a tomar decisões financeiras, acessar recursos financeiros de maneira correta, além de explorar as políticas e práticas que podem facilitar a educação financeira e a inclusão econômica em diferentes contextos sociais e econômicos.

Essa abordagem beneficia os alunos individualmente, capacitando-os a tomar decisões financeiras mais informadas ao longo de suas vidas e contribui para a construção de uma sociedade mais financeiramente educada e resiliente, capaz de enfrentar os desafios econômicos do mundo contemporâneo com maior confiança e competência (Lusardi, 2019).

No âmbito da gestão de políticas públicas, pode-se destacar a importância de sua avaliação contínua, especificamente no contexto da educação financeira nas escolas públicas. Enfatizando a necessidade de criar mecanismos para avaliar regularmente a eficácia das políticas implementadas e fazer ajustes conforme necessário. Ao propor o estabelecimento de indicadores de desempenho específicos para a educação financeira, sugere-se uma abordagem sistemática para analisar o impacto das políticas e identificar áreas que precisam ser aprimoradas.

Chen e Volpe (1998) mostram a importância da avaliação constante das políticas implementadas. Eles argumentam que essa prática permite que os responsáveis pelas políticas identifiquem o que está funcionando bem e onde são necessários ajustes para melhorar os resultados. Ao estabelecer indicadores de desempenho específicos para a educação financeira nas escolas públicas, os formuladores de políticas podem realizar uma análise regular do progresso e tomar medidas corretivas conforme necessário.

Silva et al. (2023) enfatizam a abordagem baseada em evidências para garantir que os recursos sejam alocados de forma eficaz e que as políticas sejam adaptadas às necessidades dos alunos e das escolas. Além disso, ao estabelecer indicadores de desempenho claros e mensuráveis, os responsáveis pelas políticas podem prestar contas à comunidade, demonstrando o impacto positivo das iniciativas de educação financeira e garantindo a transparência no processo de tomada de decisões. Do seu lado, Oliveira e Silva (2022) ressaltam a criação de mecanismos de avaliação contínua e o estabelecimento de indicadores de

desempenho específicos para a educação financeira nas escolas públicas, assim, os formuladores de políticas podem garantir uma abordagem baseada em evidências para melhorar continuamente a eficácia das políticas e promover uma educação financeira de qualidade para todos os alunos.

A eficácia das políticas públicas de educação financeira, como argumentado por Lusardi e Mitchell (2014), muitas vezes depende da integração bem-sucedida nos currículos escolares. Para entender a eficácia do ensino atual, propõe-se a realização de pesquisas que incluam a aplicação de questionários específicos de avaliação financeira adaptados à realidade local. Como destacado por Lusardi e Mitchell (2014), um número significativo de jovens parece ter dificuldades em compreender noções básicas de economia. Ainda de acordo com os autores, esses desafios podem incluir dificuldades em entender conceitos essenciais de finanças, como orçamento, poupança e investimentos, além da falta de habilidades para tomar decisões financeiras informadas.

Ao analisar as respostas dos alunos a esses questionários, os pesquisadores podem identificar lacunas específicas no conhecimento financeiro dos estudantes e entender melhor as áreas que precisam de maior atenção no currículo escolar. Além disso, esses questionários fornecem uma oportunidade valiosa para compreender as necessidades específicas dos alunos em relação à educação financeira, permitindo que os educadores desenvolvam estratégias de ensino mais eficazes e informem políticas educacionais que promovam a literacia financeira desde cedo.

Reconhecendo a importância fundamental dessa área para o desenvolvimento dos alunos, se faz preciso identificar os desafios existentes. Como destacado por diversos autores, incluindo Lusardi e Mitchell (2014) a educação financeira se mostra essencial para capacitar os alunos a tomarem decisões informadas e responsáveis ao longo de suas vidas.

A compreensão desses elementos permite identificar as lacunas no atual panorama educacional, ao mesmo tempo em que fornece *insights* valiosos para orientar intervenções práticas e, assim, elevar o nível de educação financeira entre os estudantes do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos nas escolas públicas estaduais de Belo Horizonte-MG. Nesse sentido, a pesquisa contribui para a construção de uma base sólida que promova a literacia financeira como uma ferramenta essencial na formação integral dos cidadãos brasileiros.

Para encontrar estudos relevantes sobre o tema, foi conduzido uma pesquisa ativa em três bases de dados acadêmicas, incluindo a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) e a Scientific

Periodicals Electronic (SPELL). Os termos utilizados para conduzir a pesquisa foram: "Educação Financeira", "Educação Financeira e Escolas Públicas" e "Educação Financeira, Escolas Públicas e Desempenho". Realizou se buscas tanto no idioma português como no inglês, cobrindo o período dos últimos cinco anos (2019-2024).

Cada plataforma de busca possui critérios específicos. Na SciELO e na SPELL, buscou-se pelos termos nos títulos dos artigos, enquanto na CAPES foram palavras-chave. A busca diversificada nas bases de dados apresentou resultados variados em cada uma delas, conforme as descrições:

- 1- Na SciELO, obteve-se 11 artigos ao pesquisar por "Educação Financeira", não havendo resultados para "Educação Financeira e Escola Pública" e, também, sem registro para "Educação Financeira, Escola Pública e Desempenho". Em inglês, a busca por "*Financial Education*" resultou em 13 artigos, enquanto para "*Financial Education and Public School*" e "*Financial Education, Public School and Performace*" não houve retorno.
- 2- Na CAPES, foram encontrados 535 resultados para "Educação Financeira", 12 para "Educação Financeira e Escola Pública" e nenhum resultado para "Educação Financeira, Escola Pública e Desempenho". Em inglês obteve-se 440 artigos como resultado para "*Financial Education*" e nenhum para os outros termos.
- 3- Na SPELL, obteve-se 25 resultados ao pesquisar "Educação Financeira" e sem registrados para os outros termos de busca. Em inglês, encontrou se 26 artigos para "*Financial Education*" e nenhum resultado para "*Financial Education and Public School*", "*Financial Education*" e "*Public School and Performance*".

Os o resultado da pesquisa ativa pode ser visualizado na tabela 1.

Tabela 1

Resultados quantitativos por temas nas bases de dado Scielo, Capes e Spell

TEMA	Idioma	Scielo	Capes	Spell	Total
Educação Financeira	Port.	11	535	25	571
Educação Financeira AND Escolas Públicas	Port.	-	12	-	12
Educação Financeira ADN Escolas Públicas AND Desempenho	Port.	-	-	-	-
<i>Financial Education</i>	Ingl.	13	440	26	479
<i>Financial Education and Public School</i>	Ingl.	-	-	-	-
<i>Financial Education, Public School and Performance</i>	Ingl.	-	-	-	-

Ao integrar essas perspectivas teóricas à análise quantitativa dos dados, este estudo fornece *insights* valiosos para formular políticas educacionais e práticas de ensino que promovam uma educação financeira abrangente e inclusiva para os alunos das escolas públicas estaduais da região oeste de Belo Horizonte. Isso contribui para o avanço da pesquisa acadêmica sobre educação financeira e o desenvolvimento de estratégias que melhor capacitem os alunos a enfrentar os desafios financeiros do mundo contemporâneo com confiança e competência.

1.4 Aderência do estudo à linha de pesquisa

Esta dissertação estabelece uma conexão significativa com a linha de pesquisa em estratégia, inovação e competitividade ao enfatizar a importância da educação financeira na capacitação de indivíduos para a tomada de decisões informadas em um ambiente econômico complexo. A educação financeira desenvolve habilidades práticas e fomenta uma mentalidade estratégica que permite aos indivíduos planejar suas finanças de maneira eficaz. Segundo Silva e Monteiro (2023), a literacia financeira pode ser considerada essencial para que os cidadãos compreendam e gerenciem suas finanças pessoais, o que impacta diretamente sua capacidade de participar ativamente na economia e na sociedade.

Além disso, a inclusão da educação financeira nas escolas públicas estaduais se torna fundamental para preparar os alunos para os desafios financeiros da vida adulta. Conforme destacado por Neves (2021), a formação em educação financeira não se limita ao conhecimento de conceitos financeiros, mas, também, envolve a capacidade de aplicar esses conceitos em situações do cotidiano. Essa formação desenvolve nos cidadãos a compreensão das implicações de suas decisões financeiras, podendo contribuir para uma economia mais estável e competitiva.

A responsabilidade financeira, um dos conceitos abordados nesta pesquisa, está intrinsecamente ligado à formação de cidadãos conscientes e capazes de tomar decisões estratégicas em relação ao seu futuro financeiro. Dantas (2023) argumenta que a educação financeira promove uma consciência crítica sobre as dinâmicas econômicas e sociais, permitindo que os indivíduos analisem as consequências de suas escolhas financeiras ao longo do tempo. Essa habilidade permite o desenvolvimento de estratégias financeiras pessoais que visem não apenas o bem-estar individual, mas, também, o fortalecimento da comunidade.

A falta de planejamento financeiro se tornou um dos principais desafios enfrentados pelos jovens, levando a decisões precipitadas que podem ter consequências desastrosas (Araújo et al., 2018). Portanto, ao abordar a educação financeira como uma ferramenta estratégica, a

dissertação contribui para um entendimento mais amplo sobre como essa formação pode influenciar positivamente o comportamento financeiro dos indivíduos e, conseqüentemente, a competitividade econômica do país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Educação financeira como ferramenta para a formação de cidadãos conscientes

A educação financeira pode ser considerada como um campo multifacetado que transcende disciplinas, abrangendo uma variedade de habilidades, conhecimentos e comportamentos essenciais para o gerenciamento eficaz de recursos financeiros, como observado por Silveira e Montoito (2022). Ela não se limita apenas a conceitos contábeis ou econômicos, mas, também, incorpora aspectos psicológicos, sociais e comportamentais relacionados às finanças pessoais e familiares.

Lusardi e Mitchell (2011) destacam sua importância fundamental na promoção da estabilidade econômica e do bem-estar tanto a nível individual como social. Além disso, Atkinson e Messy (2012) enfatizam o papel da educação financeira em capacitar os indivíduos a fazerem escolhas informadas e conscientes em relação aos seus gastos, poupanças, investimentos e endividamentos, permitindo-lhes enfrentar os desafios financeiros do mundo moderno com maior confiança e autonomia. Para tanto, Mandell (2008) discute como a educação financeira fornecida nas escolas pode ter um impacto significativo no desenvolvimento das habilidades financeiras dos jovens. Ele enfatiza que as escolas desempenham um papel fundamental como o primeiro ambiente formal onde os estudantes são expostos a conceitos financeiros e podem começar a adquirir conhecimentos e habilidades relacionados ao dinheiro e às finanças pessoais.

Como observado por Fernandes et al. (2014), a implementação de programas de educação financeira nas escolas tem se mostrado altamente eficaz na melhoria do conhecimento financeiro e nas atitudes dos alunos em relação ao dinheiro. Em seus estudos ele indica que a inclusão de tais programas no currículo escolar aumenta a compreensão dos alunos sobre temas financeiros e os capacita a adotar comportamentos financeiros mais responsáveis e sustentáveis ao longo da vida. Além disso, Mandell e Klein (2009) ressaltam a importância de iniciar a educação financeira desde a infância. Introduzir conceitos financeiros de maneira gradual e acessível durante os primeiros anos de escolaridade estabelece bases sólidas para uma vida financeira saudável no futuro.

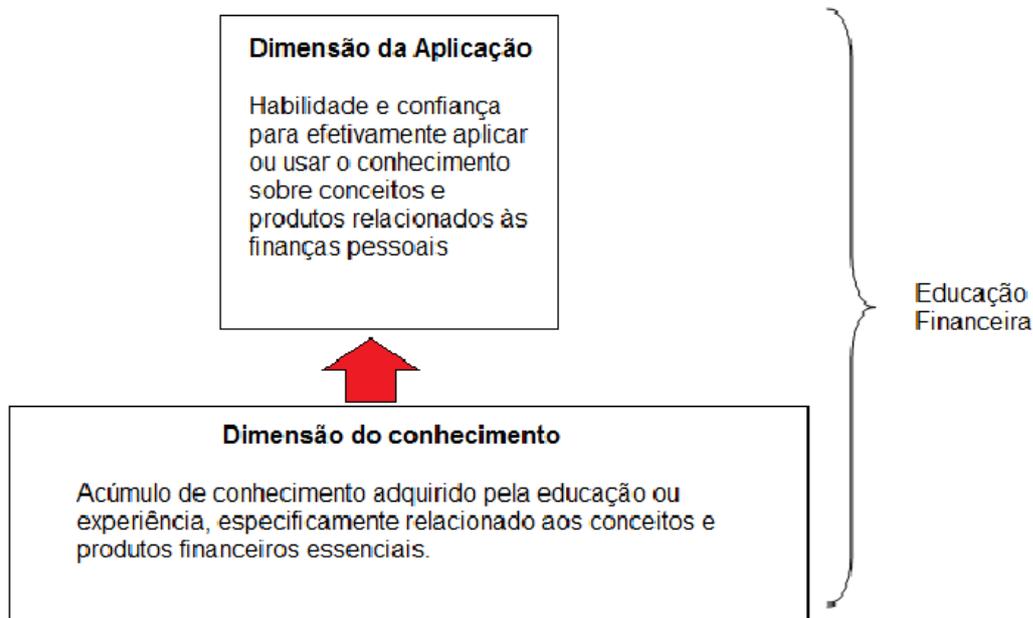
Essa abordagem precoce familiariza os alunos com os conceitos básicos de poupança, orçamento, investimento e, ainda, os ajuda a desenvolver habilidades de tomada de decisão financeira e a internalizar hábitos financeiramente responsáveis desde cedo. Assim, o ambiente

escolar emerge como um espaço fundamental para o desenvolvimento de uma cultura financeira sólida entre os jovens, preparando-os para enfrentar os desafios econômicos do mundo contemporâneo com confiança e competência.

A exposição prévia à educação financeira em casa também desempenha um papel importante. Famílias que discutem abertamente questões financeiras e envolvem seus filhos em decisões financeiras cotidianas podem proporcionar uma base sólida para o desenvolvimento de habilidades financeiras desde tenra idade (Kobliner, 2017). No entanto, a qualidade do ensino recebido na escola também deve ser um fator crítico a ser considerado. Como destacado por Huston (2010), as práticas educacionais adotadas pelas escolas têm um impacto significativo no desenvolvimento da literacia financeira dos alunos, pois, assim, o indivíduo terá a confiança de aplicar tais conhecimentos de tal forma que isso promova o seu bem-estar financeiro. Assim, a autora traz duas dimensões para a educação financeira, conforme apresenta a figura 1.

Figura 1

Dimensões da educação financeira



Fonte: Adaptada de Oliveira (2017, p. 31)

Para Lusardi e Mitchell (2011), programas educacionais bem estruturados, que integram conceitos financeiros de maneira relevante e acessível ao currículo escolar, têm o potencial de capacitar os alunos a adquirirem habilidades financeiras essenciais. Os autores trazem a ideia

de que identificar e compreender esses determinantes passa a ser fundamental para informar a implementação de intervenções eficazes e o desenvolvimento de estratégias educacionais que promovam uma educação financeira abrangente e inclusiva para todos os alunos (Mitchell & Lusardi, 2014).

A abordagem crítica expressa por Potrich et al. (2015), desafia a eficácia das iniciativas de educação financeira tradicionalmente adotadas nas escolas. Eles argumentam que a simples disseminação de conhecimento financeiro não garante melhores resultados financeiros para os indivíduos e, muitas vezes, esses programas podem, até mesmo, prejudicar os participantes, fornecendo-lhes uma falsa sensação de segurança em vez de habilidades reais para enfrentar questões financeiras complexas.

Mandell (2011), em sua obra *The Role of Education in Personal Financial Literacy*, argumenta a favor do papel da educação na promoção da literacia financeira pessoal. Ele sugere que, embora a simples disseminação de conhecimento financeiro não seja suficiente para garantir o sucesso financeiro dos indivíduos, a educação desempenha um papel fundamental ao fornecer aos alunos as ferramentas e os recursos necessários para enfrentar desafios financeiros complexos ao longo da vida. Completando, o autor destaca a importância de uma abordagem educacional que vá além da simples transmissão de informações financeiras, incorporando estratégias de ensino eficazes que ajudem os alunos a desenvolver habilidades práticas e tomada de decisão informada em relação às finanças pessoais. Essa perspectiva reconhece o potencial da educação financeira para capacitar os indivíduos a enfrentar os desafios financeiros do mundo contemporâneo com confiança e competência.

O nível de educação financeira dos alunos pode ser influenciado por uma série de fatores interconectados que moldam suas atitudes, conhecimentos e comportamentos em relação ao dinheiro. Como apontado por Remund (2010), o contexto socioeconômico desempenha um papel importante nesse processo. Estudantes de diferentes origens socioeconômicas podem ter acesso desigual a recursos financeiros, experiências e oportunidades educacionais, o que pode afetar significativamente sua compreensão e habilidades financeiras.

A educação financeira refere-se ao grau de compreensão que um indivíduo possui sobre conceitos financeiros essenciais, além de sua habilidade e confiança para gerenciar suas finanças pessoais de maneira adequada, considerando tanto decisões de curto prazo como planejamento financeiro de longo prazo, mesmo diante das mudanças nas condições econômicas e eventos da vida (Remund, 2010).

2.2 Teoria do Processamento de Informações Financeiras

A Teoria do Processamento de Informações Financeiras busca explicar como as pessoas avaliam as informações financeiras que lhes são apresentadas e como elas reagem diante dessas informações. Tem a sua base na ideia de que as pessoas têm dois sistemas de processamento de informações: o sistema 1, rápido, intuitivo e automático; e o sistema 2, lento, analítico e controlado (Remund, 2010).

De acordo com Biscaro e Fischer (2020) e Remund (2010), as pessoas tendem a confiar mais no sistema 1 quando se trata de informações financeiras, o que pode levar a decisões impulsivas e irracionais. Isso pode ser particularmente problemático no contexto de investimentos, onde as decisões tomadas sem uma análise cuidadosa podem resultar em custos de oportunidade elevados ou em perdas. Para evitar esses problemas, a teoria sugere que as pessoas devem adotar uma abordagem mais analítica e controlada quando lidam com informações financeiras. Isso pode envolver a realização de análises completas e a consideração de mais fatores antes de tomar uma decisão (Biscaro & Fischer, 2020).

Além disso, para Moura e Carvalho (2021), a teoria sugere que os profissionais da área financeira devem ser capazes de ajudar os investidores a tomar decisões mais informadas e ajustadas, estimulando a influência do sistema 2 para as decisões.

Em resumo, a Teoria do Processamento de Informações Financeiras busca explicar como as pessoas avaliam as informações financeiras e como elas reagem diante delas.

2.2.1 Sistema 1 da teoria do processamento de informações financeiras

O Sistema 1, conforme Kahneman (2012), faz parte do modelo de processamento dual da mente humana. Ele tem por característica o de ser rápido, automático, inconsciente e baseado em emoções e associações. Esse sistema responde pelas atividades que não exigem muito esforço mental e que são realizadas de forma rápida e intuitiva. Faveri e Resende (2020) apontam outra característica importante do Sistema 1, a sua eficiência em lidar com tarefas rotineiras e habituais, permitindo que se execute atividades do dia a dia de forma automática e sem demandar um esforço consciente significativo. No entanto, apesar do Sistema 1 desempenhar um papel fundamental em processos mentais rápidos e automáticos, permitindo a execução eficiente de tarefas cotidianas, ele pode levar a decisões equivocadas em situações que demandam um pensamento mais analítico e deliberativo, sendo importante reconhecer

quando ele não deve ser usado para uma tomada de decisão mais precisa e fundamentada (Nascimento et al., 2024).

Paula (2020) ressalta que a influência do Sistema 1 pode ser problemática em contextos financeiros, onde decisões impulsivas podem resultar em custos de oportunidade elevados ou em perdas significativas. A sua pesquisa indicou que os investidores, frequentemente, dependem desse sistema para decisões rápidas, mas, isso, pode resultar em escolhas subótimas quando não se considera uma análise mais detalhada.

2.2.2 Sistema 2 da teoria do processamento de informações Financeiras

O sistema 2 permite que as pessoas processem informações de forma lenta, sequencial e deliberativa, pois utiliza cálculos conscientes para chegar a decisões e baseado em regras (Kahneman, 2012). O sistema 2 pode ajudar os investidores a tomar decisões mais ajustadas e com melhor potencial de resultados, visto que permite que os investidores considerem mais fatores e realizem uma análise completa antes de tomar uma decisão. Isso pode favorecer as escolhas e a eventual performance da carteira.

Thaler e Sunstein (2021) explicam que a ativação do Sistema 2 tem a sua importância para a tomada de decisões financeiras informadas, pois envolve uma análise mais rigorosa das informações disponíveis e a consideração de múltiplas variáveis antes de chegar a uma conclusão. Os autores destacam que, embora o Sistema 1 possa ser útil em situações cotidianas, a complexidade das decisões financeiras exige a utilização do Sistema 2 para evitar erros que podem resultar em perdas financeiras.

Além disso, a ativação do Sistema 2 requer disciplina e reflexão, o que pode ser um desafio em um ambiente financeiro, comumente, caracterizado por volatilidade e pressão temporal (Cerbasi, 2021). Os investidores que adotam uma abordagem deliberativa tendem a evitar decisões impulsivas que podem ser prejudiciais a longo prazo. Ao dedicar tempo para analisar dados, revisar tendências de mercado e ponderar sobre as consequências de suas ações, esses investidores minimizam riscos e aumentam suas chances de identificar oportunidades valiosas. Essa prática de reflexão crítica pode ser considerada essencial para construir uma estratégia de investimento sólida e sustentável.

Outro aspecto relevante da aplicação do Sistema 2 está na sua capacidade de ajudar os investidores a superar viesés cognitivos que podem distorcer a percepção e a análise das

informações financeiras (Lucena et al., 2021). Muitas vezes, decisões financeiras são influenciadas por emoções ou preconceitos, como o viés de confirmação ou o ‘efeito manada’.

O uso consciente do Sistema 2, por meio de uma abordagem analítica e fundamentada, permite que os investidores reconheçam e mitiguem esses vieses, promovendo um processo de tomada de decisão mais racional e fundamentado. Assim, ao integrar a lógica e a análise crítica em suas práticas de investimento, os investidores podem melhorar seu desempenho financeiro e desenvolver uma mentalidade mais resiliente e adaptativa frente aos desafios do mercado.

2.3 Educação financeira no Brasil

A melhoria do grau de educação financeira no Brasil requer uma abordagem abrangente, envolvendo uma série de medidas integradas (Hartmann & Maltempo, 2021). Para Damasceno et al. (2023), integrar a educação financeira nos currículos escolares passa a ser essencial desde os estágios iniciais da educação básica até o ensino médio, além de oferecer programas educacionais para adultos por meio de *workshops*, palestras e materiais educacionais acessíveis, de maneira que possibilite a formação de pessoas com maior consciência financeira.

Costa (2023) sai em defesa da necessidade garantir o acesso equitativo a serviços financeiros básicos, como contas bancárias, cartões de débito, crédito e poupança, especialmente para populações marginalizadas e em áreas remotas, elevando, assim, o grau de educação financeira do país.

Segundo Venâncio (2024), a simplificação dos produtos financeiros e a transparência nas informações sobre taxas, juros e condições são passos fundamentais para que os consumidores possam entender melhor os produtos que estão utilizando. Isso ajudaria significativamente para a melhoria da gestão das finanças pessoais.

Souza e Naves (2023) destacam que a literacia digital também se apresenta como outro aspecto importante, pois capacita os cidadãos a utilizarem ferramentas financeiras *on-line* de forma segura e eficaz. Souza et al. (2019) ressaltam a importância de promover parcerias entre o setor público, instituições financeiras, organizações da sociedade civil e empresas privadas, a fim de desenvolver e implementar programas de educação financeira de forma eficaz e abrangente.

Apoiar iniciativas de base, como organizações não governamentais e grupos comunitários que trabalham para melhorar a educação financeira em comunidades específicas e grupos vulneráveis trata-se de uma estratégia eficaz para promover uma mudança positiva

nesse contexto (Lusardi, 2019b). Com uma abordagem integrada e colaborativa, torna-se possível elevar o grau de educação financeira no Brasil, capacitando os cidadãos a gerenciarem melhor suas finanças pessoais e contribuindo para o bem-estar econômico individual e coletivo.

No entanto, ainda há desafios significativos como aponta Vinco et al. (2021), visto que muitos brasileiros enfrentam dificuldades em administrar suas finanças pessoais, incluindo o endividamento excessivo, a falta de poupança e investimentos adequados, além da compreensão limitada sobre conceitos básicos de finanças.

Para Silva et al. (2020b) fatores como acesso limitado a serviços financeiros, baixo nível de alfabetização financeira e falta de educação formal em finanças contribuem para essa situação. Além disso, a complexidade do sistema financeiro, como discutido por Lusardi e Mitchell (2008), pode intimidar e desencorajar as pessoas de buscarem conhecimento e informações sobre suas finanças pessoais.

O grau de educação financeira implica diretamente o bem-estar financeiro dos indivíduos e das famílias, refletindo-se em sua capacidade de enfrentar despesas inesperadas e gerenciar suas finanças de forma eficaz. O Banco Central do Brasil ([BCB], 2023e), observou um progresso geral na redução da lacuna entre os diferentes níveis de renda em termos de acesso a contas em instituições financeiras, no entanto, foi percebido que ainda persistem desigualdades de gênero, com as mulheres relatando menor acesso a serviços financeiros. A resiliência financeira dos brasileiros ainda se posiciona abaixo da média dos países da OCDE. Para além, Kistemann et al (2020) revela que as dificuldades da educação financeira no Brasil são multifacetadas e incluem uma série de desafios que afetam tanto a oferta como a demanda por educação financeira.

O acesso limitado à educação financeira se tornou um desafio significativo enfrentado por muitos brasileiros (Silva & Monteiro, 2023), resultado da interação entre vários fatores, incluindo a falta de disponibilidade de programas formais de educação financeira e a escassez de conscientização sobre a sua importância. Corroborando com esta análise, Floriano et al. (2020) aponta que a baixa alfabetização financeira se apresenta como um problema generalizado, que afeta muitos brasileiros e contribui para uma série de desafios financeiros e dificuldades. Essa falta de compreensão dos conceitos financeiros básicos, como orçamento, poupança e investimento, pode ter consequências significativas para indivíduos e famílias em todo o país.

As desigualdades socioeconômicas no Brasil desempenham um papel significativo na determinação do acesso à educação financeira. Grupos de baixa renda, muitas vezes, enfrentam

barreiras adicionais, como por exemplo a priorização de necessidades básicas, que dificultam sua capacidade de acessar recursos educacionais financeiros adequados. Essas desigualdades podem se manifestar de várias maneiras (Silva & Costa, 2023).

Silva et al. (2020a) destacam a cultura de endividamento no Brasil como um fenômeno complexo que pode ser atribuído a uma variedade de fatores, incluindo políticas econômicas, comportamentos sociais e a disponibilidade de crédito fácil. A combinação desses elementos, muitas vezes, resulta em uma mentalidade em que o endividamento passa a ser visto como uma solução rápida para atender às necessidades financeiras imediatas, sem considerar os impactos a longo prazo e sem priorizar uma gestão responsável das finanças pessoais.

2.4 Possíveis caminhos

A crescente preocupação com a alfabetização financeira tem sido observada globalmente, promovendo um aumento significativo nos estudos sobre o assunto. Embora não haja consenso absoluto sobre a extensão da aceitação e penetração dessas iniciativas em todas as camadas e segmentos da sociedade, inegavelmente que o tema não pode ser negligenciado ou deixado de lado nos esforços de planejamento público e privado para a sociedade (Assis & Torisu, 2011).

De acordo com Avelar (2024) presume-se que o conjunto multidisciplinar de conhecimentos adquiridos ao longo da vida escolar seja suficiente para que todos tenham a capacidade de gerenciar suas finanças pessoais. Contudo, tem-se o papel da família, base nessa educação, pois ela assume como a principal ou a única fonte de renda para crianças e adolescentes.

A falta de conhecimento teórico sobre gestão financeira ao longo do tempo deixa a população brasileira vulnerável diante das oportunidades de crédito imediato (Silva, 2024). Além disso, a tomada de decisões importantes ao longo da vida adulta, como a aquisição de imóveis, veículos, educação e viagens, frequentemente envolve opções de crédito, como financiamentos, consórcios, investimentos e poupança. A falta de compreensão desses produtos e suas nuances pode levar a altos níveis de endividamento

Segundo estudos conduzidos por Savóia et al. (2007), deve-se garantir o controle e a qualidade dessas informações. Ao integrar esses temas nos currículos escolares, o governo assume a responsabilidade pela avaliação dessas atividades, como já feito em outros países por meio de exames de qualificação no ensino fundamental e médio.

Para de Fernandes e Cândido (2014) a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem como objetivo educacional realizar palestras e distribui material educativo gratuito para investidores. Além disso, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) mantém um programa educacional desde 1989, destinado a interessados em compreender o funcionamento do mercado de ações. Essas iniciativas visam destacar a importância do mercado de ações para a economia do país, promover conceitos econômicos básicos e incentivar hábitos de poupança.

Conforme observado por Savóia et al. (2007), durante as décadas de 1960 a 1990, a instabilidade econômica no Brasil resultou na falta de planejamento financeiro de longo prazo, devido à inflação e à ausência de produtos financeiros que oferecessem estabilidade. Com a implementação do Plano Real, o cenário mudou significativamente, proporcionando estabilidade monetária e taxas de juros anuais mais baixas. Novos produtos financeiros surgiram, mas as escolhas financeiras inadequadas podem resultar em altos custos com juros e taxas em comparação com os retornos disponíveis, destacando a importância da educação financeira para navegar nesse ambiente.

2.5 Consequências da falta de educação financeira

De acordo com um estudo realizado por da Silva et al. (2023b), após examinar o cenário de cultura financeira na sociedade, que indica uma necessidade de mudanças a longo prazo no comportamento e na mentalidade das pessoas e das famílias em relação ao gerenciamento do dinheiro, torna-se evidente que a falta de ênfase na educação financeira desde os estágios iniciais da educação básica resulta em uma série de consequências negativas tanto para os indivíduos como para a sociedade em geral: endividamento excessivo, dificuldades em poupar e investir, falta de preparo para o futuro, falta de conhecimento sobre direitos e responsabilidades financeiras, dependência de crédito, suscetibilidade a fraudes e golpes, ausência de planejamento financeiro e impactos sociais.

2.5.1 Endividamento excessivo

Como apontado por dos Anjos e Rufino (2023), sem um mínimo de conhecimentos técnicos indispensáveis de educação financeira que proporciona a inépcia no uso do dinheiro e demais ativos pecuniários, as pessoas podem arcar com sérias dificuldades para lidar com suas finanças individuais. Isso pode levar a um aumento do endividamento, com consequências

graves, como juros exorbitantes, dificuldades para pagar contas, óbices para contrair créditos e financiamentos e, até mesmo, a inadimplência, com inevitáveis inscrições dos nomes dos devedores nos competentes órgãos de proteção e restrição do crédito.

Nos últimos anos, o endividamento das famílias brasileiras tem sido um tema de grande preocupação. Dados do Banco Central do Brasil revelam que, em dezembro de 2019, havia aproximadamente 4,6 milhões de tomadores classificados como endividados de risco, representando cerca de 5,4% da população com operações de crédito em aberto (BCB, 2023e). Esse número subiu para 15,1 milhões em 2023, o que representa 14,2% da população com crédito (BCB, 2023e).

Em março de 2024, o endividamento das famílias foi registrado em 48,0%, com um leve aumento em relação a 47,8% em fevereiro do mesmo ano (BCB, 2024a). Embora em patamares menores do que o pico de 50,1% registrado em julho de 2022, esses dados ainda refletem um cenário preocupante (BCB, 2024a). Ao desconsiderar dívidas imobiliárias, o valor de março de 2024 cai para 30,1%, evidenciando a importância dessa modalidade no endividamento geral (BCB, 2024b).

A inadimplência também tem sido um desafio, com a taxa nas operações de crédito livre com os bancos atingindo 4,6% em abril de 2024, um aumento em relação aos 4,5% registrados em março (BCB, 2024b). Para as pessoas físicas, a taxa de inadimplência passou de 5,4% para 5,5% no mesmo período (BCB, 2024b).

2.5.2 Dificuldades em poupar e investir

Seguins (2023) faz uma reflexão sobre a falta de habilidades e técnicas em questões financeiras, fatores que podem levar as pessoas a serem menos propensas a economizar e investir de forma adequada, alinhando seus investimentos com seu perfil e objetivos financeiros. Esses déficits também podem impedir os indivíduos de planejar estrategicamente seu futuro a médio e longo prazo. Além disso, a ausência de conhecimento sobre como elaborar um orçamento, estabelecer objetivos financeiros, e selecionar investimentos adequados pode limitar o potencial de construção de um ciclo financeiro sustentável para os indivíduos.

A falta de habilidades e técnicas em questões financeiras pode levar as pessoas a serem menos propensas a economizar e investir de forma adequada, dificultando o alinhamento de seus investimentos com seus perfis e objetivos financeiros. Apenas 20% da população realiza

um planejamento financeiro formal, o que demonstra a dificuldade em estabelecer objetivos financeiros claros e elaborar orçamentos adequados (BCB, 2023d).

O Banco Central do Brasil reconhece que desenvolver capacidades e autoconfiança na gestão de recursos financeiros pode ser considerado essencial para que os cidadãos possam administrar suas finanças de maneira responsável e consciente (BCB, 2024c). Para enfrentar esses desafios, o Banco Central do Brasil implementou a Resolução Conjunta nº 8, que determina que instituições financeiras devem promover ações de educação financeira, contribuindo para a organização e planejamento do orçamento pessoal e familiar, formação de poupança e resiliência financeira, além de prevenção à inadimplência e ao superendividamento (BCB, 2024c).

2.5.3 Falta de Preparo para o Futuro

Para Silva et al. (2023b), sem uma base sólida em educação financeira, os jovens podem se deparar com dificuldades significativas ao ingressarem na vida adulta. A ausência de conhecimento financeiro pode deixá-los despreparados para lidar com desafios comuns, como o pagamento de contas, o planejamento para a aposentadoria e a tomada de decisões importantes relacionadas a empréstimos e financiamentos. Essa falta de preparo pode impactar negativamente sua estabilidade financeira e bem-estar futuro, aumentando o risco de endividamento excessivo, incapacidade de gerenciar recursos financeiros de forma eficaz e, até mesmo, de enfrentar dificuldades econômicas mais graves. Logo, uma educação financeira sólida desde cedo se faz necessária para equipar os jovens com as habilidades e o conhecimento para navegar com sucesso pelos desafios financeiros que enfrentarão ao longo de suas vidas adultas.

Dados do Banco Central do Brasil (2022) revelam que, em 2022, apenas 29% dos brasileiros se consideravam bem informados sobre finanças pessoais. A pesquisa mostrou também que 70% dos jovens brasileiros afirmaram não ter recebido educação financeira formal na escola, o que pode deixá-los despreparados para lidar com desafios comuns, como o pagamento de contas e o planejamento para a aposentadoria (BCB, 2023a).

A pesquisa realizada pelo Banco Central do Brasil, em 2023, revelou que 40% dos jovens entre 18 e 24 anos relataram dificuldades em gerenciar suas finanças pessoais, o que reforça a necessidade de uma educação financeira sólida desde cedo (BCB, 2023a).

2.5.4 Falta de familiaridade com direitos e responsabilidades financeiras

A educação financeira se apresenta como um conjunto abrangente de conhecimentos que não se restringe apenas à gestão de recursos monetários (Soares & Dolzane, 2024). Ela também envolve a compreensão dos direitos e responsabilidades que os indivíduos têm no contexto financeiro. Quando alguém não possui esse entendimento, corre o risco de ser prejudicado em diversas situações. Por exemplo, ao assinar contratos sem compreender plenamente seus termos e condições, podem surgir problemas relacionados a taxas ocultas ou cláusulas desfavoráveis.

O desconhecimento sobre questões tributárias pode resultar em erros na declaração de impostos, levando a penalidades financeiras. Além disso, a falta de compreensão sobre seguros pode levar a escolhas inadequadas de coberturas ou a dificuldades para acionar os benefícios quando necessário (Papandrea et al., 2020). Em suma, uma educação financeira abrangente, deve incluir o entendimento dos direitos e responsabilidades financeiras, para capacitar os indivíduos a tomar decisões informadas e evitar armadilhas financeiras que possam comprometer sua estabilidade econômica e bem-estar futuro.

2.5.5 Dependência de crédito

Baseado na revisão de literatura realizada por Vanderley, Silva e Almeida (2021), a carência de educação financeira entre os alunos pode ter um impacto significativo em sua vida financeira futura, muitas vezes levando-os a depender do crédito como uma solução para atender às suas necessidades financeiras imediatas. Essa carência de conhecimento pode resultar em consequências graves e duradouras. Como recorrer ao crédito sem compreender plenamente os termos e as taxas associadas, os alunos podem se encontrar presos em um ciclo de dívidas, enfrentando altas taxas de juros e encargos financeiros adicionais.

De acordo com o Relatório de Cidadania Financeira de 2021 do Banco Central do Brasil (2021), 70% dos jovens brasileiros afirmaram não ter recebido educação financeira formal na escola, o que pode resultar em consequências graves e essa falta de conhecimento pode levar os jovens a recorrer ao crédito sem compreender plenamente os termos e as taxas associadas, resultando em um ciclo de dívidas. De acordo com Banco Central do Brasil (2022b), em uma pesquisa realizada em 2022, 40% dos jovens entre 18 e 24 anos relataram dificuldades em gerenciar suas finanças pessoais, e 30% dessa faixa etária admitiram já ter enfrentado problemas

com dívidas. Além disso, o Banco Central do Brasil (2023b) destacou que 25% dos jovens relataram não compreender as condições de seus contratos de crédito, o que aumenta o risco de endividamento excessivo.

2.5.6 Suscetibilidade a fraudes e golpes

Conforme ressaltado por Neiva et al. (2023), na ausência de educação financeira adequada, os estudantes podem se encontrar em uma posição vulnerável diante de fraudes e golpes financeiros. A falta de compreensão sobre questões financeiras essenciais pode deixá-los despreparados para identificar sinais de alerta e reconhecer táticas de manipulação utilizadas por golpistas. Isso pode resultar em uma maior susceptibilidade a esquemas fraudulentos, como concessões predatórias, *marketing* enganoso e outras formas de exploração financeira. Sem o conhecimento necessário para proteger seus próprios interesses financeiros, os estudantes podem, inadvertidamente, se envolver em transações desvantajosas ou perder economias significativas devido à falta de discernimento e habilidades financeiras.

Além disso, o Banco Central do Brasil (2022b) registrou um aumento de 30% nas reclamações relacionadas a fraudes financeiras entre jovens de 18 a 24 anos. Isso indica que a falta de conhecimento financeiro pode levar os estudantes a se envolverem inadvertidamente em transações desvantajosas ou a perder economias significativas devido à falta de discernimento e habilidades financeiras.

2.5.7 Ausência de planejamento financeiro

Partindo do apontamento Valentim et al. (2020), na ausência de um conhecimento em finanças, os alunos podem encontrar dificuldades significativas ao tentarem desenvolver habilidades básicas de planejamento financeiro. Isso inclui a capacidade de estabelecer metas financeiras claras, criar orçamentos realistas e cultivar hábitos de economia. A falta dessas habilidades essenciais pode ter consequências graves a longo prazo, resultando em dificuldades financeiras contínuas e uma falta de preparação para lidar com situações de emergência ou planejar para a aposentadoria. Em última análise, a ausência de conhecimento financeiro adequado pode deixar os alunos vulneráveis a enfrentar desafios financeiros ao longo de suas vidas e dificultar o alcance de segurança financeira e bem-estar futuro.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2021), cerca de 56% dos brasileiros não fazem nenhum tipo de planejamento financeiro, e aproximadamente 70% dos entrevistados relataram que não conseguem economizar parte de sua renda. Essa carência de conhecimento financeiro se apresenta como um dos principais fatores que levam à baixa taxa de poupança e à alta exposição ao endividamento no país, com 62% da população economicamente ativa tendo algum tipo de dívida. O relatório ressalta que, sem uma base sólida em educação financeira, os indivíduos tendem a enfrentar dificuldades em gerenciar suas finanças pessoais de maneira eficaz, o que pode resultar em problemas financeiros de longo prazo, incluindo a incapacidade de lidar com emergências financeiras e de planejar adequadamente para a aposentadoria.

2.5.8 Impacto social da educação financeira

A educação financeira desempenha um papel fundamental na sociedade contemporânea, influenciando as decisões individuais e tendo um impacto significativo no âmbito social (Hurtado & Freitas, 2020). Ferraz (2021) destaca a relevância da educação financeira ao evidenciar que seu ensino contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para o desenvolvimento econômico sustentável de uma nação.

Segundo os estudos de Santos e Gallucci (2020), a falta de conhecimento financeiro pode levar, até mesmo, a exclusão social. Na pesquisa de Anjos e Rufino (2023), ficou demonstrado que indivíduos com maior conhecimento financeiro tendem a poupar mais, investir de maneira mais estratégica e evitar armadilhas financeiras, o que beneficia suas vidas pessoais e contribui para a estabilidade econômica da sociedade como um todo.

Além disso, de acordo com Leffler et al. (2021) a educação financeira está intrinsecamente ligada à redução das desigualdades sociais, uma vez que capacita as pessoas a romperem o ciclo de pobreza e a alcançarem maior independência financeira.

Borges e Victor (2023) ressaltam que a educação financeira pode ser considerada uma ferramenta poderosa para promover a inclusão social e a equidade, possibilitando que indivíduos de diferentes camadas sociais tenham acesso a oportunidades econômicas e possam construir um futuro mais próspero. Ela impacta positivamente a vida individual e desempenha um importante papel na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e economicamente sustentável (Anjos & Rufino, 2023).

2.6 Modelo de Gilligan

Os estudos de Remund (2010) que conceituaram a educação financeira com características multidisciplinares e serviu como base para o modelo de Gilligan (2012) que também auxilia nesta pesquisa.

Hall (2014) discute o conceito de personalidade financeira e como ele pode influenciar a tomada de decisões financeiras. Ele argumenta que a personalidade financeira pode ser influenciada por fatores como a personalidade, os valores e as crenças de um indivíduo e que a educação financeira pode ajudar as pessoas a entender e gerenciar melhor sua relação com o dinheiro, corroborando para o modelo de Gilligan (2012) ser relacionado à Teoria do Processamento de Informações Financeiras.

O modelo proposto em Gilligan (2012) se apresenta como uma teoria de desenvolvimento moral que enfatiza a importância das relações e do cuidado nos processos de tomada de decisão. No contexto da educação financeira, esse modelo pode ser aplicado para entender como os alunos tomam decisões financeiras e como suas relações e cuidado com os outros influenciam seu comportamento financeiro. O modelo propõe, corroborado por Remund (2010), que a educação financeira deve considerar o contexto social e psicológico do aluno, incluindo sua personalidade financeira, níveis de estresse e alfabetização financeira.

Gilligan (2012) destaca em sua pesquisa sobre educação financeira de alunos universitários que a falta de experiência, acesso à educação cara e visão de dificuldade para conseguir um emprego representam grandes desafios para os jovens em relação à gestão de suas finanças.

Utilizando-se de teorias da sociologia e da psicologia, Gilligan (2012) estruturou sua pesquisa sobre educação financeira de estudantes. Essas teorias incluem: a) Teoria do Capital Social - considerou que as fontes de conhecimento sobre educação financeira pessoal são influenciadas por experiências de vida, tais como conhecimentos adquiridos na família, na escola ou de outras fontes; b) Teoria da Autoeficácia Percebida - considerou que as decisões financeiras são tomadas com base na aplicação devida dos conhecimentos adquiridos; c) Teoria da Consideração de Consequências Futuras - onde Gilligan (2012) examinou a capacidade dos indivíduos em compreender as implicações econômicas atuais e suas influências nas decisões financeiras de curto, médio e longo prazo. Além disso, Gilligan (2012) considerou o estresse financeiro como um fator relevante em sua pesquisa, levando em conta a relação entre educação financeira e tensão financeira.

Para uma melhor compreensão do modelo teórico desta pesquisa, serão apresentadas as seguintes teorias que, juntas, estruturam o modelo de Gilligan (2012): Teoria do Capital Social, Teoria da Autoeficácia Percebida, Teoria da Consideração de Consequências Futuras e Estresse Financeiro.

2.6.1 Teoria do capital social

O conceito de "capital social" está fundamentalmente definido como a capacidade de indivíduos obterem recursos por meio de sua participação em redes sociais e estruturas amplas (Lin, 2022). Essa definição destaca a importância das conexões sociais e do suporte mútuo para o desenvolvimento e acesso a recursos valiosos na sociedade.

Lin (2022) expande a compreensão do capital social ao explorar seu papel no desenvolvimento econômico e social. Ele destaca como as redes sociais e os laços comunitários podem influenciar o crescimento econômico, a inovação, a resiliência e a coesão social em diferentes contextos. Ao se basear nos trabalhos anteriores de Bourdieu (1980) e Coleman (1993), Lin (2022) reconhece a importância dos laços sociais e das relações interpessoais na formação do capital social. Esses laços comuns beneficiam os indivíduos e suas famílias e desempenham um papel de destaque na construção de confiança, cooperação e solidariedade dentro de uma comunidade.

Assim, a obra de Lin (2022) e a continuidade das ideias de Bourdieu e Coleman destacam a relevância do capital social como um recurso essencial para o desenvolvimento individual e coletivo, enfatizando a importância das relações sociais na construção de uma sociedade mais resiliente e inclusiva.

A definição de capital social proposta por Lin (2022) tem a sua relevância para a educação financeira, pois ela destaca a importância dos recursos sociais disponíveis em uma rede de relações para o benefício coletivo, o que pode ser aplicado na educação financeira para promover a alfabetização financeira e a tomada de decisões financeiras informadas o que, segundo Gilligan (2012), se mostra como a mais acertada para a construção da educação financeira.

Gilligan (2012) ressalta que o capital social desempenha um papel fundamental na compreensão da educação financeira dos estudantes universitários. Segundo a autora, esse componente permite reconhecer a influência da família e das redes no conhecimento financeiro, além de servir como um guia para considerar as influências sociais e culturais da sociedade. Ela

observa que a informação sobre a gestão financeira está disponível para alguns grupos de estudantes, enquanto outros enfrentam exclusão com base em fatores como raça, sexo ou *status* socioeconômico.

Gilligan (2012) trata o capital social como o conhecimento adquirido por meio de influências socioculturais e familiares. Assim, faz-se necessário adotar uma perspectiva de capital social para discriminar quais grupos têm ou não acesso a informações financeiras importantes devido ao nível de acesso a redes sociais mais desenvolvidas financeiramente.

Além disso, Gilligan (2012) explica que o conhecimento financeiro dos alunos pode influenciado por diversos fatores, como o nível de educação dos pais, o *status* socioeconômico, o gênero e a raça.

Para incorporar o capital social em seu modelo, Gilligan (2012) utilizou diversas variáveis demográficas como indicadores do estudo, incluindo raça, nível de educação dos pais, *status* socioeconômico e nível acadêmico individual.

2.6.2 Teoria da autoeficácia percebida

De acordo com Hatmann et al (2024), debate-se bastante sobre os programas de educação financeira que têm como público alvo os consumidores, geralmente, preocupados com o aprimoramento de seus conhecimentos financeiros, sem levar em consideração as suas mudanças comportamentais. Porém, Gilligan (2012) defende que para um programa de educação financeira ser tomado como eficiente, ele deve orientar o consumidor a aplicar corretamente esses conhecimentos em sua vida real.

Contudo, para abordar a dimensão comportamental dos indivíduos, Gilligan (2012) recorre ao Modelo Transteórico de Mudança de Comportamento, desenvolvido por Prochaska e DiClemente (1983), que visa a aplicação de conhecimentos para alterar práticas de gestão financeira. Esse modelo destaca a disseminação de informações sobre finanças pessoais e a ação, mudança de comportamento e autoeficácia.

Esse modelo biopsicossocial foi desenvolvido com o propósito de estabelecer conceitos relacionados à mudança intencional de comportamento. Ao integrar e incorporar elementos de várias teorias, ele contribui para a formulação de uma teoria abrangente de mudança, sendo adaptável a diferentes contextos, comportamentos e grupos populacionais, o que justifica sua designação como transteórico (Matta, 2021). Apesar de sua ênfase na análise da mudança de comportamento e hábitos de saúde, como questões de peso, tabagismo e consumo de álcool,

esse modelo, conforme Xiao (2004) tem o seu valor para avaliar processos comportamentais e outras áreas, sendo utilizado em diversas nações ao redor do mundo.

Os estudos de Xiao (2004) apontam que o Modelo Transteórico tem na sua constituição cinco níveis, usados no processo de mudança e aprendizado do comportamento financeiro: pré-contemplação, contemplação, preparação, ação e manutenção.

Em sua pesquisa, Gilligan (2012) enfatiza que a autoeficácia percebida desempenha um papel relevante nos estágios iniciais do Modelo Transteórico, especificamente nos estágios de pré-contemplação e contemplação. Nessas fases, muitos estudantes estão começando a navegar pelo mundo das decisões financeiras pessoais. Eles estão enfrentando suas primeiras escolhas financeiras significativas e começam a sentir as consequências dessas decisões. Esta conscientização inicial sobre suas habilidades e crenças financeiras pode influenciar significativamente a forma como eles abordam e gerenciam suas finanças no futuro.

Donadio (2014) argumenta que avaliar a autoeficácia de um estudante universitário em relação à gestão financeira pessoal pode fornecer uma visão importante sobre as dúvidas ou a confiança que esse estudante possui em sua capacidade de implementar comportamentos financeiros adequados.

Assim, norteadas por esses estudos que discutem o Modelo Transteórico como validação e avaliação de programas de educação financeira, Gilligan (2012) traz a autoeficácia percebida como um dos suportes de seu modelo.

Percebendo as tomadas de decisões das pessoas em seus cotidianos, de acordo com suas capacidades em suas áreas específicas, assim como o fato das pessoas se subestimarem e como isso pode levá-las a cometerem erros nessas áreas, Bandura (1986) define autoeficácia como os julgamentos das pessoas sobre suas capacidades de organizar e executar os cursos de ação necessários para alcançar determinados níveis de desempenho. Segundo o autor, a autoeficácia não se preocupa com as habilidades que as pessoas possuem, mas com os julgamentos sobre o que podem fazer elas.

Gilligan (2012) enfatiza que se deve compreender a autoeficácia para a educação financeira, pois vai além do simples conhecimento. Ela envolve também a aplicação desse conhecimento nas decisões e ações relacionadas à administração das finanças pessoais. Segundo a autora, a percepção de um indivíduo sobre suas próprias capacidades pode ser influenciada por diversos fatores, como idade, experiência, sexo, raça, *status* socioeconômico e nível de educação. A confiança tem um papel de destaque na aplicação do conhecimento financeiro pessoal de um indivíduo, tornando o conceito de autoeficácia relevante na pesquisa,

ao explorar aspectos psicológicos relacionados à confiança e à habilidade de usar o conhecimento financeiro de forma eficaz em questões de finanças pessoais.

2.6.3 Teoria da consideração de consequências futuras

Strathman et al. (1994) definem a Avaliação de Consequências Futuras (ACF) como a ponderação que os indivíduos fazem sobre os desfechos futuros de suas ações presentes e o impacto potencial desses resultados em suas decisões. Isso implica que as pessoas avaliam os efeitos de suas escolhas atuais e como eles podem afetar sua situação financeira futura.

Percebe-se, então, a importância de reconhecer e refletir sobre as implicações ou benefícios das ações financeiras, sejam elas de curto ou longo prazo, como um aspecto fundamental na avaliação da educação financeira de um indivíduo. A autora destaca a relevância dessa reflexão, especialmente ao lidar com decisões financeiras significativas pela primeira vez, enfatizando que a Avaliação de Consequências Futuras foi o cerne de sua pesquisa devido à sua compreensão da relevância do tempo nas decisões financeiras (Gilligan, 2012). Compreender como as pessoas consideram o tempo ao tomar decisões financeiras pode fornecer *insights* valiosos sobre a educação financeira e as escolhas financeiras individuais.

Gilligan (2012) interpreta o nível de Avaliação de Consequências Futuras como um indicador da tomada de decisões financeiras das pessoas. Indivíduos que se concentram apenas nas consequências imediatas de suas escolhas tendem a ter uma baixa Avaliação de Consequências Futuras, enquanto aqueles que ponderam sobre os desfechos futuros demonstram um alto nível de Avaliação de Consequências Futuras. Esse nível pode refletir a habilidade de uma pessoa em planejar sua situação financeira futura e fazer escolhas financeiras embasadas. Do seu lado, Keynes (1985) propõe que as decisões econômicas são influenciadas por expectativas de curto e longo prazo. As expectativas de curto prazo estão relacionadas às decisões do dia a dia, enquanto as expectativas de longo prazo orientam decisões de investimento com base em históricos específicos.

2.6.4 Estresse financeiro

Gilligan (2012) observa que na literatura existem várias definições para estresse financeiro, com termos como tensão financeira, bem-estar econômico ou estresse relacionado à dívida, sendo comumente usados (Prawitz et al., 2006). Esses termos, geralmente, se referem

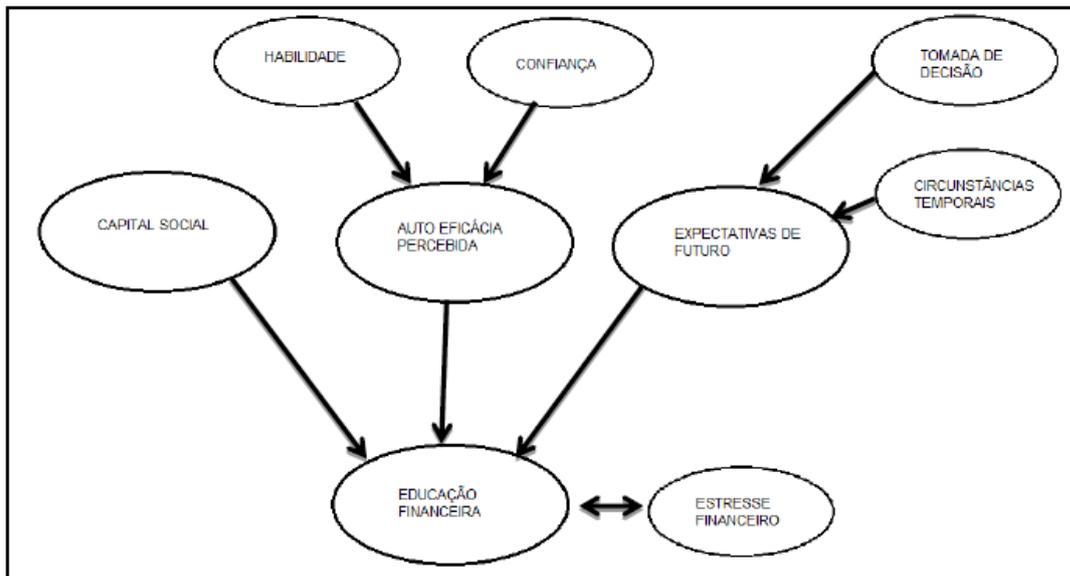
ao sentimento de conforto financeiro derivado dos recursos disponíveis para o indivíduo. O estresse e a ansiedade são, frequentemente, resultados de uma gestão financeira inadequada. Para Gilligan (2012), os estudantes universitários, foco de seu estudo, podem enfrentar esse tipo de estresse pela primeira vez, o que pode ser um sinal de baixa educação financeira, combinada com desafios econômicos.

A autora ressalta que o estresse financeiro pode não estar necessariamente ligado ao nível de renda, mas pode ser um indicador da incapacidade do indivíduo de arcar com suas responsabilidades financeiras (Gilligan, 2012). O estresse financeiro pode ser entendido como uma avaliação subjetiva das finanças pessoais, incluindo satisfação com a renda, poupança, investimentos e dívidas. O julgamento de um indivíduo sobre a adequação de sua condição financeira proporciona uma compreensão mais rica, pois abrange os efeitos complexos que a gestão financeira pessoal pode ter em outras áreas da vida. Gilligan (2012) destaca a importância de avaliar a interação do estresse financeiro e da educação financeira dos estudantes universitários, pois essa interação pode sugerir que a falta de conhecimento financeiro impacta os níveis de estresse financeiro.

A autora destaca uma lacuna nos programas de educação financeira atuais, pois eles, frequentemente, deixam de abordar os aspectos psicológicos que influenciam as decisões financeiras das pessoas. Ela argumenta que esses programas deveriam ser mais abrangentes, levando em consideração como as influências sociais e as características individuais podem moldar a forma como as pessoas gerenciam e tomam decisões sobre suas finanças.

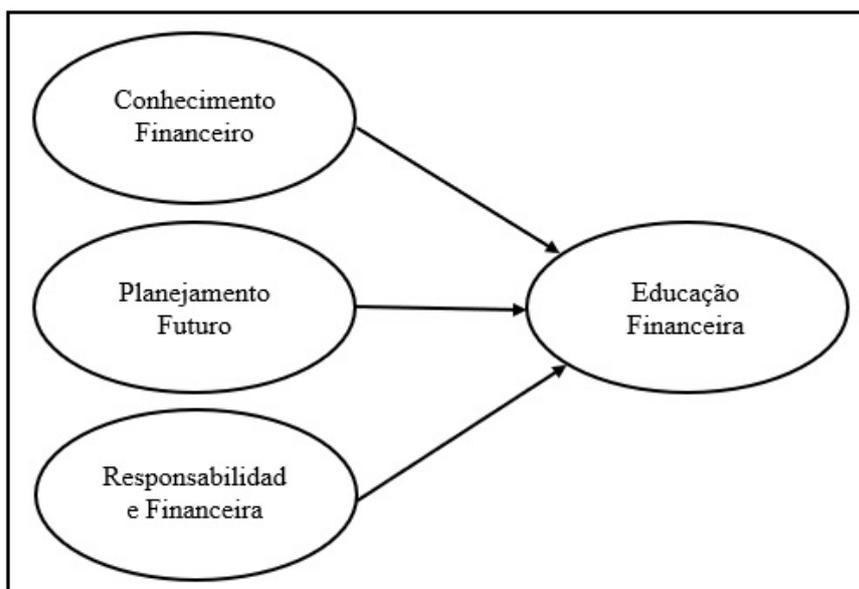
Alicerçado nos estudos de Gilligan (2012) e Donadio (2014), o conceito de estresse financeiro pode ser delineado como sendo as dificuldades percebidas que surgem de situações financeiras imprevistas ou da falta de recursos financeiros adequados. Essas situações podem causar tensão e preocupação, afetando negativamente o bem-estar financeiro e emocional das pessoas.

A figura 2 mostra o modelo adaptado de Gilligan (2012):

Figura 2*Modelo Adaptado de Gilligan*

Fonte: Adaptado de Oliveira (2017, p 39)

Como base nesse modelo de Gilligan (2012), chegou-se ao diagrama de caminho para a presente pesquisa (Figura 3).

Figura 3*Diagrama de Caminho*

2.7 Hipóteses de pesquisa

As hipóteses levantadas de acordo com a literatura estudada: (Tabela 2)

Tabela 2

Hipóteses

H	Hipóteses	Teorias
H1	Quanto maior o conhecimento financeiro maior a educação financeira do aluno.	The Financial Literacy of Young American Adults. (Mandell, 2008, p.41)
H2	O Planejamento Futuro exerce influência positiva sobre a educação financeira do aluno.	Teoria da Consideração de Consequências Futuras. Strathman et al. (1994)
H3	Quanto maior responsabilidade financeira melhor é a educação financeira do aluno.	Teoria da Autoeficácia Percebida, Gilligan (2012)

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo apresenta-se o desenho da pesquisa, envolvendo a coleta de dados primários obtida por intermédio de um questionário estruturado, aplicado aos alunos das escolas estaduais de Belo Horizonte que ofertam o ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

3.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa se apresenta como um estudo empírico e de caráter descritivo, por descrever as características de um fenômeno ou população. A pesquisa examinou se as variáveis presentes estão relacionadas com a variável dependente (Collis & Hussey, 2005).

A pesquisa tem uma abordagem quantitativa que, segundo Diniz (2015), parte de amostras que são aplicadas e analisadas estatisticamente, em que se quantificam os dados em busca de uma diferença conclusiva.

O instrumento de pesquisa adotado neste estudo foi orientado por Collis e Hussey (2005) por meio de *survey*, amplamente reconhecida por sua utilidade na coleta e análise de dados quantitativos. Na essência, uma pesquisa *survey* envolve a obtenção de informações de uma amostra representativa de uma população, permitindo que os resultados sejam generalizados para o grupo de interesse. Esta metodologia pode ser considerada particularmente valiosa para pesquisas que visam compreender a opinião, comportamento ou características de determinada população.

Dentro do contexto deste estudo, essa de coleta de dados tem por característica a de ser uma *survey* analítica, conforme definido por Collis e Hussey (2005). Este tipo de abordagem de pesquisa tem como objetivo principal explorar as relações entre diferentes variáveis, buscando identificar possíveis associações ou correlações. Para realizar uma análise eficaz, faz-se necessário ter conhecimento teórico para distinguir as variáveis independentes, as variáveis dependentes e as variáveis estranhas. Ao adotar uma *survey* analítica, este estudo pretendeu contribuir para uma compreensão mais profunda das relações entre os diferentes aspectos abordados na pesquisa.

3.2 Amostra

Em Minas Gerais, a idade mínima para ingresso no ensino médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), é de 18 anos, conforme regulamentado pela Resolução SEE N° 4.234/2019 (Resolução SEE, n. 4.234, 2019). Assim, o presente estudo teve como objeto de análise os alunos do ensino médio da Educação de Jovens e Adultos de seis escolas da rede pública de ensino estadual de Belo Horizonte/MG, atendidas pela Secretaria Regional de Educação Metropolitana B. Dentre esses estiveram os alunos das escolas abaixo:

- EE Nossa Senhora do Belo Ramo
- EE Cândido Portinari
- EE Celso Machado
- EE Álvaro Laureano
- EE Professor Moraes
- EE Manuel Casasanta

A composição amostral, onde os respondentes da pesquisa são chamados de amostragem total ou amostragem de universo, é composta pelos alunos do ensino médio EJA das seis escolas mencionadas e que estavam frequentando e presentes no momento da pesquisa. Para Hair et al (2019), a amostragem total se adequa a pequena população e bem definida, sendo possível alcançar todos os indivíduos que a compõe.

Na amostragem total, o pesquisador não tem influência na composição amostral, pois todos os elementos da população de interesse são incluídos na amostra e, além disso, nesse tipo de amostragem a seleção dos indivíduos é realizada pela própria definição da população como um todo, não sofrendo influência do pesquisador (Hair et al., 2019). Portanto, a composição amostral tem a sua determinação pela própria natureza da população, sem interferência direta do pesquisador.

A seleção foi realizada tendo como objetivo alcançar escolas públicas da região oeste e da região do Barreiro que oferecem a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e que são atendidas pelo SRE Metropolitana B com maior número de matrículas na referida modalidade de ensino.

A coleta de dados foi realizada entre os dias 21 a 29 do mês de novembro de 2024 e os alunos presentes no dia da aplicação responderam à pesquisa, totalizando 212 questionários válidos, em uma população de 397 alunos matriculados no Ensino Médio EJA das escolas selecionadas.

Para determinar o tamanho ideal da amostra, foi utilizada a fórmula de cálculo de amostra com correção para populações finitas:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

Em que:

- n = tamanho da amostra
- σ^2 = valor crítico ao quadrado, correspondente ao nível de confiança escolhido (no caso, 95%, resultando em $Z = 1,96$ e $\sigma^2 = 1,96^2$)
- p = proporção estimada da população (usualmente 0,5)
- q = complementar da proporção ($q = 1 - p$)
- N = tamanho da população (neste caso, 397 indivíduos)
- e = margem de erro desejada (no caso, 5%, ou 0,05).

A aplicação dessa fórmula permitiu estimar o tamanho necessário da amostra de forma mais precisa, especialmente para populações finitas. Segundo Hair et al. (2019), essa técnica tem sido amplamente empregada em pesquisas de amostragem, garantindo representatividade adequada dos resultados. A aplicação dessa fórmula resultou em uma amostra necessária de aproximadamente 195 respondentes.

3.3 Técnica de coleta de dados

O questionário estruturado foi o principal instrumento de coleta de dados. Este questionário foi desenvolvido para caracterizar os participantes da pesquisa e alcançar os objetivos principais do estudo. Os dados foram coletados por meio do método de pesquisa conhecido como *survey*, por intermédio de respondentes individuais, conforme explicam Moysés e Moori (2007). O método *survey*, para Diniz (2015), permite alcançar uma ampla gama de respondentes, sendo útil para representar uma amostrada variada.

O questionário estruturado foi disponibilizado eletronicamente por meio da plataforma *Google Forms*. Esta ferramenta permitiu o envio eficiente do questionário aos participantes, bem como o armazenamento seguro e organizado das respostas. A escolha por um formato eletrônico visou facilitar o acesso dos respondentes e garantir maior alcance na amostragem (Andres et al. 2020).

Como recomendado por Gil (2019), para otimizar o processo de coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado que consiste na combinação de três instrumentos

previamente validados e utilizados em pesquisas anteriores. Essa abordagem permitiu integrar diferentes dimensões do fenômeno em estudo, garantindo a confiabilidade dos dados coletados. Os questionários selecionados foram escolhidos com base em sua relevância para o contexto da pesquisa e em suas evidências de validade e confiabilidade, conforme demonstrado em estudos anteriores, disposto no Apêndice A.

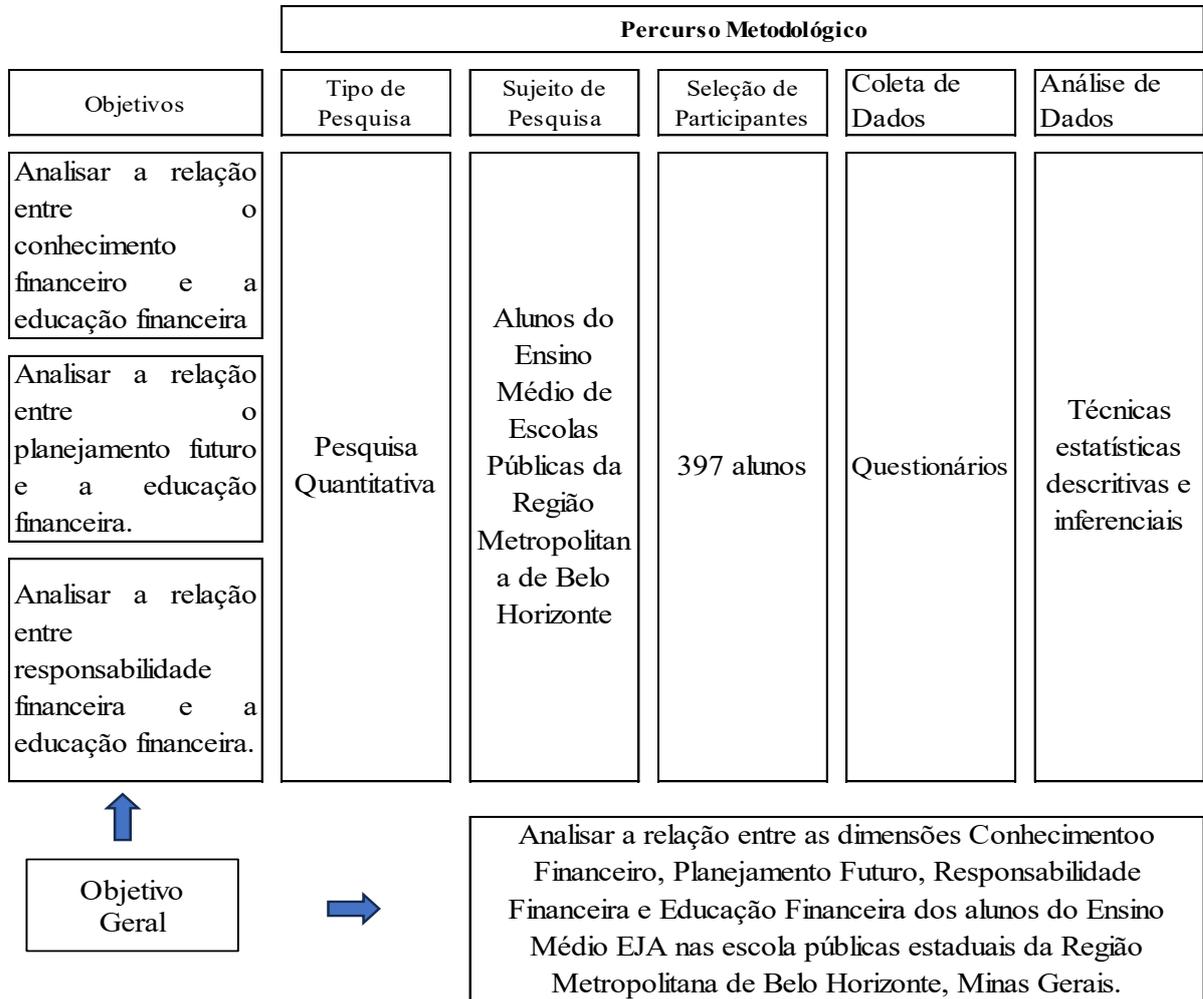
3.4 Estratégia de análise

A análise dos dados coletados foi realizada por meio da técnica de Modelagem de Equações Estruturais (MEE). De acordo com Amorim et al. (2012) a Modelagem de Equações Estruturais permite a avaliação simultânea das relações entre variáveis observadas e latentes, testando o ajuste entre o modelo teórico proposto e os dados empíricos.

Ainda segundo Amorim et al. (2012), a MEE se apresenta particularmente adequada para este estudo, pois possibilita a modelagem de múltiplas variáveis dependentes e independentes ao mesmo tempo, além de integrar tanto a análise de variância quanto a de covariância. Dessa forma, a modelagem de equações estruturais foi escolhida por ser capaz de testar relações complexas entre as variáveis envolvidas nas hipóteses propostas, como conhecimento financeiro, planejamento futuro, responsabilidade financeira e educação financeira (Hair et al., 2014).

Para Neves (2018), essa técnica tem sido amplamente utilizada nas ciências sociais e comportamentais, devido à sua flexibilidade em estimar relações causais e à capacidade de lidar com erros de medição nas variáveis observadas.

Com a finalidade de resumir e elucidar pontos importantes ligados à metodologia desta pesquisa, apresenta-se a figura 4.

Figura 4*Percurso metodológico*

4. ANÁLISE DE DADOS

Para esta análise foi utilizado o *software* de linguagem de computação estatística R (*R Core Team, 2021*) para importar, limpar e gerar os dados. Esse *software* foi complementado pelo aplicativo *RStudio* (*RStudio Team, 2021*), por ser um ambiente de desenvolvimento que promove análises computacionais de forma simples e produtiva usando a linguagem R (Hair et al, 2021). Tanto o R (*R Core Team, 2021*), quanto o seu pacote *RStudio* (*RStudio Team, 2021*) estão disponíveis para *download* na *internet* de forma gratuita.

4.1 Análise descritiva da amostra

Conforme pode ser observado na tabela 3, a maioria dos respondentes se declarou do sexo feminino (57,50%), se situam na faixa etária entre 18 e 22 anos (49,06%), são solteiros (59,90%) e residem com os pais (56,60%). Há distribuição equilibrada entre os anos no EJA, com 33,50% no 1º ano, 32,10% no 2º ano e 32,50% no 3º ano.

Tabela 3

Estatísticas descritivas da amostra

(Continua...)

Categorias	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Gênero			
Feminino	122	57,50	57,50
Masculino	88	41,50	99,10
Não Binário	1	0,50	99,50
Prefiro não responder	1	0,50	100,00
Total	212	100,00	
Faixa etária			
De 18 anos a 22 anos	104	49,06	49,06
De 23 anos a 26 anos	40	18,87	67,92
De 27 anos a 30 anos	32	15,09	83,02
Mais de 31 anos	36	16,98	100,00
Total	212	100,00	
Estado civil			
Casado (a)	35	16,50	16,50
Divorciado (a) / Separado (a)	15	7,10	23,60
Solteiro (a)	127	59,90	83,50
União Estável	35	16,50	100,00
Total	212	100,00	
Atualmente reside			
Com dependentes (Filhos, cônjuge, etc.)	73	34,40	34,40
Com meus pais	120	56,60	91,00
Outros	12	5,70	96,70
Sozinho	7	3,30	100,00
Total	212	100,00	

Tabela 3*Estatísticas descritivas da amostra*

(Conclusão)			
Categories	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Ano no EJA			
1º Ano Médio EJA	71	33,50	33,50
2º Ano Médio EJA	68	32,10	65,60
3º Ano Médio EJA	69	32,50	98,10
Não responderam	4	1,90	100,00
Total	212	100,00	
Escola em que está matriculado			
EE Álvaro Laureano	22	10,40	10,40
EE Cândido Portinari	27	12,70	23,10
EE Celso Machado	33	15,60	38,70
EE Manoel Casasanta	76	35,80	74,50
EE Nossa Senhora do Belo Ramo	31	14,60	89,20
EE Professor Moraes	23	10,80	100,00
Total	212	100,00	
Atuação profissional			
Já trabalhou	38	17,90	17,90
Nunca trabalhou	38	17,90	35,80
Trabalha	136	64,20	100,00
Total	212	100,00	
Empresa em que atua			
Autônomo	36	17,00	17,00
Não trabalho	59	27,80	44,80
Nenhum acima	13	6,10	50,90
Setor Privado	94	44,30	95,30
Setor Público	10	4,70	100,00
Total	212	100,00	
Faixa de renda familiar			
Até R\$1.412,00	42	19,81	19,81
R\$1.412,01 - R\$2.824,00	70	33,02	52,83
R\$2.824,01 - R\$5.648,00	71	33,49	86,32
R\$5.648,01 - R\$11.296,00	23	10,85	97,17
Mais de R\$11.296,00	6	2,83	100,00
Total	212	100,00	

Fonte: dados da pesquisa.

Ainda de acordo com os dados apresentados na tabela 3, a maioria dos respondentes está matriculado na Escola Estadual Manoel Casasanta (35,80%), atua profissionalmente (64,20%), no setor privado (44,30%) e sua renda familiar se situa na faixa entre R\$2.824,01 e R\$5.648,00 (33,49%).

Quanto aos indicadores do construto Conhecimento Financeiro, apresentado na tabela 4, há grande heterogeneidade de respostas por parte dos respondentes, tendo em vista a apuração de coeficiente de variação acima de 50,00% para todos os itens. Em relação ao construto Planejamento Futuro, os coeficientes de variação entre 35,00% e 70,00% , também apontaram

para heterogeneidade de perspectivas dos respondentes acerca dos temas abordados nas questões respondidas (Tabela 5).

Tabela 4

Estatísticas descritivas – construto Conhecimento Financeiro

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Coefficiente de Variação
P101	1	10	4,783	2,565	53,62
P102	1	10	2,571	2,675	104,05
P103	1	10	3,929	2,650	67,45
P104	1	10	3,575	2,428	67,91
P105	1	10	3,373	3,033	89,93
P106	1	10	4,156	2,747	66,09
P107	1	10	3,321	2,666	80,29
P108	1	10	2,429	2,554	105,13
P109	1	10	4,448	3,006	67,58
P110	1	10	5,816	2,945	50,63
P111	1	10	5,991	3,532	58,95
P112	1	10	5,009	3,217	64,23
P113	1	10	5,052	2,776	54,96
P114	1	10	5,604	3,055	54,51
P115	1	10	7,090	3,064	43,22

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 5

Estatísticas descritivas – construto Planejamento Futuro

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Coefficiente de Variação
P201	1	10	7,203	2,642	36,67
P202	1	10	6,453	2,660	41,21
P203	1	10	4,632	2,953	63,74
P204	1	10	4,302	2,862	66,53
P205	1	10	6,472	2,547	39,35
P206	1	10	6,382	3,049	47,78
P207	1	10	6,491	2,767	42,62
P208	1	10	4,406	3,058	69,41
P209	1	10	4,269	2,876	67,38
P210	1	10	4,585	2,932	63,94

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados apurados para o construto Responsabilidade Financeira, foi identificada heterogeneidade de respostas, em função da apuração de coeficientes de variação acima de 40,00% (Tabela 6). Quanto ao construto Educação Financeira, também foi apurada heterogeneidade de percepções acerca dos temas abordados nas questões de pesquisa, com a maioria dos valores apurados para o coeficiente de variação acima de 45,00% (Tabela 7).

Tabela 6*Estatísticas descritivas – construto Responsabilidade Financeira*

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Coefficiente de Variação
P301	1	10	6,736	3,422	50,81
P302	1	10	7,198	2,977	41,35
P303	1	10	6,467	3,187	49,28
P304	1	10	6,632	3,256	49,10
P305	1	10	7,019	3,261	46,46
P306	1	10	5,590	3,440	61,54
P307	1	10	6,830	3,438	50,34
P308	1	10	6,750	3,314	49,10
P309	1	10	6,005	3,645	60,70
P310	1	10	5,519	3,265	59,15
P311	1	10	6,778	3,443	50,79
P312	1	10	6,406	3,515	54,87

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 7*Estatísticas descritivas – construto Educação Financeira*

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Coefficiente de Variação
P401	1	10	8,599	2,313	26,90
P402	1	10	6,755	3,072	45,48
P403	1	10	7,009	2,929	41,79
P404	1	10	6,042	3,305	54,70
P405	1	10	5,415	3,284	60,64
P406	1	10	5,807	3,178	54,73
P407	1	10	7,075	3,250	45,94
P408	1	10	6,717	3,266	48,63
P409	1	10	4,995	3,594	71,95
P410	1	10	5,500	3,386	61,56
P411	1	10	4,825	3,583	74,25
P412	1	10	5,538	3,638	65,69
P413	1	10	5,868	3,738	63,70
P414	1	10	5,675	3,349	59,01
P415	1	10	6,377	3,227	50,61
P416	1	10	4,788	3,304	69,01
P417	1	10	7,623	3,037	39,84
P418	1	10	7,241	3,231	44,62
P419	1	10	5,509	3,414	61,97
P420	1	10	5,434	3,608	66,39

Fonte: dados da pesquisa

A seção a seguir apresenta a análise do modelo hipotético, incluindo a capacidade explicativa do modelo, a análise da adequação dos modelos de mensuração e a análise do modelo estrutural, que forneceram suporte à análise das hipóteses de pesquisa e à elaboração das considerações finais.

4.2 Análise do modelo hipotético

As hipóteses de pesquisa (Tabela 8), representadas graficamente no modelo estrutural hipotético (Figura 5), foram estatisticamente testadas por meio do processamento dos dados com o uso do método dos Mínimos Quadrados Parciais, com uso do pacote estatístico *SEMinR*, do *software R*, seguindo as orientações de Hair et al. (2021).

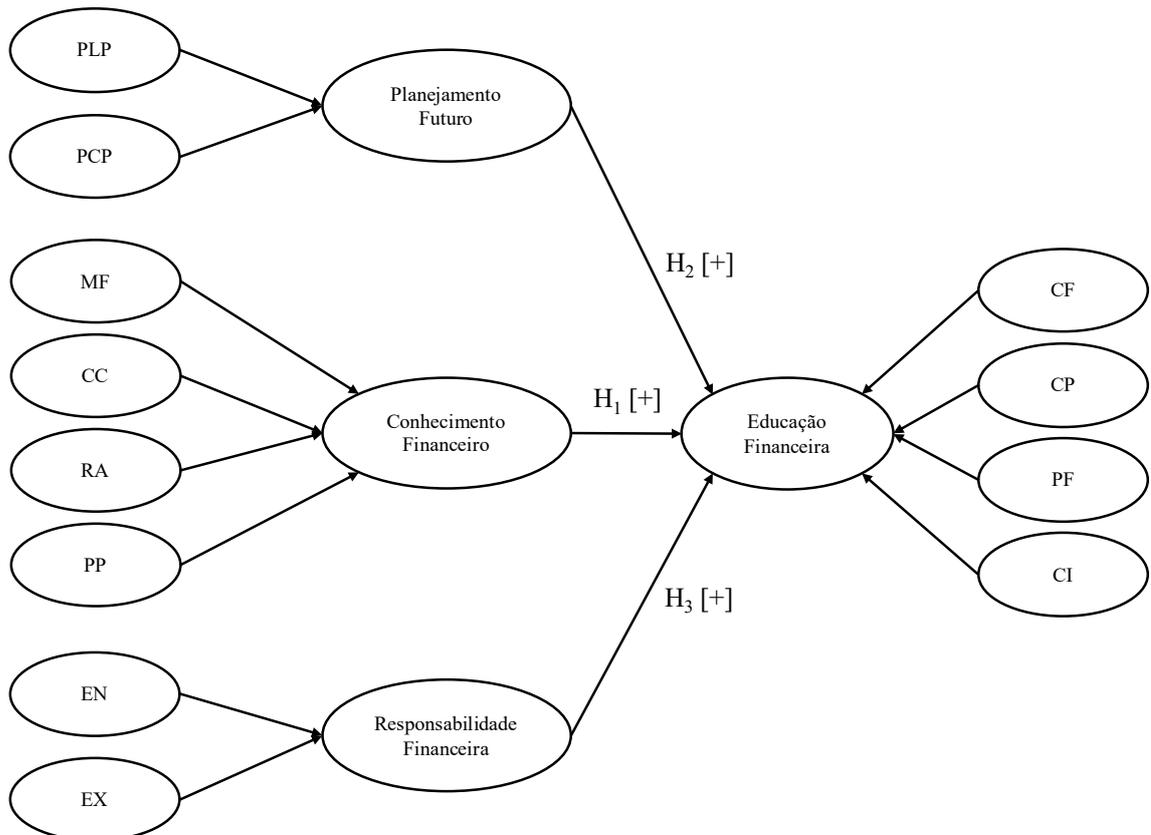
Tabela 8

Hipóteses do modelo da pesquisa

Hipóteses	
H ₁	Quanto maior o conhecimento financeiro maior a educação financeira do aluno.
H ₂	O planejamento futuro exerce influência positiva sobre a educação financeira do aluno.
H ₃	Quanto maior responsabilidade financeira melhor é a educação financeira do aluno.

Figura 5

Modelo hipotético da pesquisa



4.2.1 Capacidade explicativa do modelo

Tomando por referência a classificação proposta por de Hair et al. (2014), o modelo apresenta capacidade explicativa mediana ($R^2 = 0,333$). De acordo com o apresentado pelos autores, coeficiente de determinação (R^2) até 0,250 representa baixa capacidade explicativa da variância de um construto. R^2 entre 0,250 e 0,500 representa capacidade explicativa mediana e, R^2 acima de 0,500, a grande capacidade explicativa. Esse resultado aponta para a viabilidade da análise do modelo de mensuração e do modelo estrutural, proporcionando a realização do teste das hipóteses de pesquisa.

4.2.2 Análise do modelo de mensuração.

Os resultados apresentados na tabela 9 indicam que o valor apurado para o índice *Alpha de Cronbach*, representativo do compartilhamento de informações entre os indicadores de um construto específico, para o construto de primeira ordem Poupança, referente ao construto de segunda ordem Conhecimento Financeiro ($Alpha = 0,600$) se situa abaixo do ponto de referência ($> = 0,700$), mas no nível aceitável ($> = 0,600$), resultado semelhante ao apurado para o construto de primeira ordem Planejamento Futuro, referente ao construto de segunda ordem Educação Financeira, tendo em vista o valor de *Alpha* (0,612) acima do valor aceitável.

Somente o construto Compras por Impulso apresentou *Alpha de Cronbach* abaixo do nível aceitável ($0,471 < 0,600$), ao passo que os valores apurados para os demais construtos se situam acima do nível de referência. Entretanto, quando analisado o índice de Confiabilidade Composta (ρ_C) de consistência interna, que considera em sua elaboração o número de indicadores e os erros de mensuração de cada construto, todos os construtos apresentam valores acima do ponto de referência ($> = 0,700$).

Tais resultados apontaram para a consistência interna do modelo de mensuração, com a ressalva da indicação de revisão dos indicadores utilizados para mensurar o construto Compras por Impulso.

Tabela 9*Medidas de consistência interna*

Construtos		Alpha de Cronbach	rhoC	VME
Segunda Ordem	Primeira Ordem			
Conhecimento Financeiro	Mercado Financeiro (MF)	0,863	0,907	0,709
	Compras a crédito (CC)	0,700	0,798	0,404
	Rendimento de Aplicações (RA)	0,744	0,847	0,655
	Poupança (PP)	0,600	0,833	0,714
Planejamento Futuro	Perspectiva de longo prazo (PLP)	0,764	0,842	0,517
	Perspectiva de curto prazo (PCP)	0,773	0,846	0,527
Responsabilidade Financeira	Endividamento (EN)	0,849	0,891	0,622
	Expectativa (EX)	0,879	0,906	0,581
Educação Financeira	Controle financeiro (CF)	0,808	0,856	0,427
	Compras a prazo (CP)	0,786	0,849	0,487
	Planejamento financeiro (PF)	0,612	0,790	0,562
	Compras por impulso (CI)	0,471	0,734	0,481

Nota: Legenda: VME – Variância Média Extraída

Fonte: dados da pesquisa.

Tendo em vista que os indicadores dos construtos reflexivos têm sua variância explicada pela variação no construto de referência, passa-se à análise da Variância Média Extraída (VME) dos indicadores (Tabela 9). A variância média extraída por construto deve apresentar valor acima de 0,500, ou seja, na média, cada indicador deve ter ao menos 50,00% de sua variância explicada por variações no construto ao qual está vinculado.

Conforme pode ser observado, os construtos de primeira ordem Compras a Crédito, Controle Financeiro, Compras a Prazo e Compras por Impulso apresentam valores abaixo da referência.

Ao se analisar a variância extraída dos indicadores dos construtos (Tabela 10), observa-se baixa capacidade explicativa da variância para a maioria dos indicadores, com poucos deles acima do mínimo de referência. Esse resultado não invalida a realização das análises posteriores, mas indica a necessidade de se avaliar a manutenção ou não de tais indicadores como capazes de refletir os respectivos construtos.

Tabela 10*Variância extraída, por indicador*

Questões	Construtos			
	Compras a crédito (CC)	Controle financeiro (CF)	Compras a prazo (CP)	Compras por impulso (CI)
P110	0,470			
P111	0,241			
P112	0,279			
P113	0,648			
P114	0,393			
P115	0,392			
P401		0,379		
P402		0,519		
P403		0,425		
P404		0,438		
P406		0,450		
P407		0,288		
P414		0,447		
P416		0,472		
P408			0,292	
P409			0,450	
P410			0,526	
P411			0,497	
P412			0,538	
P413			0,617	
P405				0,441
P419				0,390
P420				0,612

Fonte: dados da pesquisa

Outro aspecto a ser avaliado, no tocante aos construtos reflexivos, está na validade discriminante dos indicadores, representada pela capacidade que os indicadores têm de refletir maior volume de informação sobre o construto de origem, quando comparada à informação compartilhada com outros construtos. Tal análise pode ser realizada tomando por referência o Índice HTMT, cujos valores devem se situar abaixo do ponto de corte de 0,850.

De acordo com os resultados apresentados na tabela 11, foi atestada a validade discriminante dos indicadores de todos os construtos que integram o modelo, tendo em vista que os valores apurados para o Índice HTMT se situam abaixo do ponto de referência.

Tabela 11*Validade discriminante dos indicadores (Índice HTMT)*

Construtos	MF	CC	RA	PP	PLP	PCP	EM	EX	CF	CP	PF
Mercado Financeiro (MF)											
Compras a crédito (CC)	0,511										
Rendimento de Aplicações (RA)	0,665	0,495									
Poupança (PP)	0,714	0,575	0,574								
Perspectiva de longo prazo (PLP)	0,345	0,661	0,442	0,416							
Perspectiva de curto prazo (PCP)	0,269	0,239	0,097	0,215	0,271						
Endividamento (EN)	0,069	0,257	0,108	0,130	0,320	0,120					
Expectativa (EX)	0,083	0,156	0,056	0,151	0,190	0,144	0,841				
Controle financeiro (CF)	0,503	0,538	0,310	0,518	0,440	0,233	0,220	0,210			
Compras a prazo (CP)	0,145	0,359	0,162	0,123	0,158	0,301	0,239	0,408	0,522		
Planejamento financeiro (PF)	0,340	0,536	0,232	0,258	0,545	0,219	0,313	0,313	0,629	0,475	
Compras por impulso (CI)	0,152	0,220	0,084	0,213	0,271	0,627	0,271	0,338	0,267	0,470	0,298

Fonte: dados da pesquisa.

Atestadas a consistência interna e a capacidade discriminante do modelo de mensuração, com algumas ressalvas não impeditivas, passa-se à análise da significância estatística das cargas dos indicadores dos construtos reflexivos.

Conforme pode ser observado na Tabela 12, com base no resultado da estimação de intervalos de confiança a 1,00% e 5,00%, por meio do método *Bootstrapping*, com simulação de 5.000 amostras, todas as cargas dos indicadores apresentam significância estatística, apesar de algumas delas apresentarem valor abaixo do ponto de referência ($> = 0,708$).

Quanto à multicolinearidade dos indicadores, os valores apurados estão abaixo do ponto de referência (5,000), indicando que há pouca redundância de informações entre os indicadores utilizados para mensurar os construtos de primeira ordem.

Tabela 12*Significância estatística das cargas por indicador*

(Continua...)

Construtos	Indicadores	Carga	Intervalo de Confiança		Significância	FIV
			Limite Inferior	Limite Superior		
Mercado Financeiro	P104	0,877	0,810	0,919	1,00	2,451
	P105	0,780	0,652	0,858	1,00	1,797
	P107	0,843	0,750	0,901	1,00	2,362
	P108	0,865	0,776	0,913	1,00	2,346
Compras a crédito	P110	0,685	0,481	0,796	1,00	1,395
	P111	0,491	0,121	0,710	1,00	1,229
	P112	0,528	0,208	0,717	1,00	1,200
	P113	0,805	0,675	0,883	1,00	1,665
	P114	0,627	0,378	0,791	1,00	1,431
	P115	0,626	0,376	0,781	1,00	1,245
Rendimento de Aplicações	P103	0,624	0,286	0,793	5,00	1,272
	P106	0,910	0,730	0,977	1,00	1,759
	P109	0,864	0,613	0,929	1,00	1,876
Poupança	P101	0,852	0,666	0,943	1,00	1,225
	P102	0,838	0,650	0,946	1,00	1,225
Perspectiva de longo prazo	P201	0,784	0,638	0,864	1,00	1,870
	P202	0,808	0,662	0,883	1,00	2,001
	P205	0,674	0,436	0,794	1,00	1,357
	P206	0,657	0,448	0,776	1,00	1,330
	P207	0,658	0,440	0,789	1,00	1,288
Perspectiva de curto prazo	P203	0,789	0,658	0,865	1,00	1,667
	P204	0,750	0,580	0,842	1,00	1,570
	P208	0,784	0,657	0,856	1,00	1,582
	P209	0,551	0,247	0,741	1,00	1,201
	P210	0,729	0,558	0,833	1,00	1,472
Endividamento	P301	0,788	0,519	0,880	1,00	1,857
	P302	0,833	0,559	0,919	1,00	1,942
	P303	0,793	0,550	0,886	1,00	1,899
	P304	0,754	0,462	0,858	1,00	1,680
	P305	0,771	0,515	0,875	1,00	1,804
Expectativa	P306	0,730	0,549	0,829	1,00	1,854
	P307	0,794	0,680	0,870	1,00	2,260
	P308	0,844	0,767	0,895	1,00	2,468
	P309	0,797	0,702	0,861	1,00	2,184
	P310	0,697	0,535	0,804	1,00	1,736
	P311	0,756	0,597	0,846	1,00	1,991
	P312	0,708	0,556	0,813	1,00	1,571
Controle financeiro	P401	0,616	0,390	0,740	1,00	1,457
	P402	0,721	0,582	0,815	1,00	1,783
	P403	0,652	0,438	0,790	1,00	1,530
	P404	0,662	0,492	0,777	1,00	1,540
	P406	0,671	0,533	0,771	1,00	1,468
	P407	0,537	0,279	0,689	1,00	1,259
	P414	0,668	0,511	0,769	1,00	1,481
P416	0,687	0,553	0,784	1,00	1,503	

Nota: Legenda: FIV – Fator de Inflação de Variância

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 12*Significância estatística das cargas por indicador*

(Conclusão)

Construtos	Indicadores	Carga	Intervalo de Confiança		Significância	FIV
			Limite Inferior	Limite Superior		
Compras a prazo	P408	0,541	0,259	0,704	1,00	1,255
	P409	0,671	0,487	0,781	1,00	1,470
	P410	0,725	0,577	0,824	1,00	1,545
	P411	0,705	0,554	0,799	1,00	1,433
	P412	0,733	0,555	0,840	1,00	2,243
	P413	0,785	0,634	0,864	1,00	2,453
Planejamento financeiro	P415	0,574	0,157	0,781	1,00	1,148
	P417	0,808	0,619	0,896	1,00	1,273
	P418	0,839	0,722	0,903	1,00	1,381
Compras por impulso	P405	0,664	0,113	0,860	1,00	1,135
	P419	0,624	0,267	0,822	1,00	1,076
	P420	0,782	0,323	0,955	1,00	1,095

Nota: Legenda: FIV – Fator de Inflação de Variância

Fonte: dados da pesquisa.

Os construtos de segunda ordem, que integram o modelo estrutural, foram mensurados por meio de construtos de primeira ordem, em uma perspectiva formativa. Assim, a contribuição de cada construto de primeira ordem para a formação de cada construto de segunda ordem deve ser analisada com base no seu peso.

Conforme apresentado na tabela 13, todos os pesos apresentam significância estatística a 1,00% ou a 10,00%. Quanto à multicolinearidade entre os construtos de primeira ordem, todos os valores de Fator de Inflação de Variância (FIV) estão abaixo do valor de referência (5,000), não havendo indicativo de redundância de informações entre os construtos de primeira ordem de cada construto de segunda ordem.

Tabela 13*Significância estatística dos pesos por construto de primeira ordem*

Construtos		Peso	Intervalo de Confiança		Significância	FIV
Segunda Ordem	Primeira Ordem		Limite Inferior	Limite Superior		
Conhecimento Financeiro	Mercado Financeiro (MF)	0,361	0,260	0,460	1,00	1,823
	Compras a crédito (CC)	0,444	0,310	0,639	1,00	1,301
	Rendimento de Aplicações (RA)	0,232	0,050	0,340	1,00	1,509
	Poupança (PP)	0,276	0,125	0,396	1,00	1,419
Planejamento Futuro	Perspectiva de longo prazo (PLP)	0,735	0,395	1,002	1,00	1,033
	Perspectiva de curto prazo (PCP)	0,559	0,208	0,737	10,00	1,033
Responsabilidade Financeira	Endividamento (EN)	0,486	0,071	0,797	1,00	2,095
	Expectativa (EX)	0,591	0,148	0,900	1,00	2,095
Educação Financeira	Controle financeiro (CF)	0,506	0,357	0,689	1,00	1,325
	Compras a prazo (CP)	0,291	0,145	0,390	10,00	1,310
	Planejamento financeiro (PF)	0,430	0,296	0,577	1,00	1,261
	Compras por impulso (CI)	0,215	0,024	0,331	10,00	1,103

Nota: Legenda: FIV – Fator de Inflação de Variância

Fonte: dados da pesquisa

Tendo em vista a adequação do modelo de mensuração à representação dos construtos que integram o modelo hipotético, analise-se do modelo estrutural e ao teste de hipóteses.

4.2.3 Análise do modelo estrutural e teste de hipóteses

Com referência nos resultados do processamento do modelo estrutural, considerados os efeitos diretos, foi identificado efeito positivo e estatisticamente significativo a 1,00% dos construtos Conhecimento Financeiro ($\beta = 0,362$), Planejamento Futuro ($\beta = 0,196$) e Responsabilidade Financeira ($\beta = 0,265$) no construto Educação Financeira (Tabela 14; Figura 6).

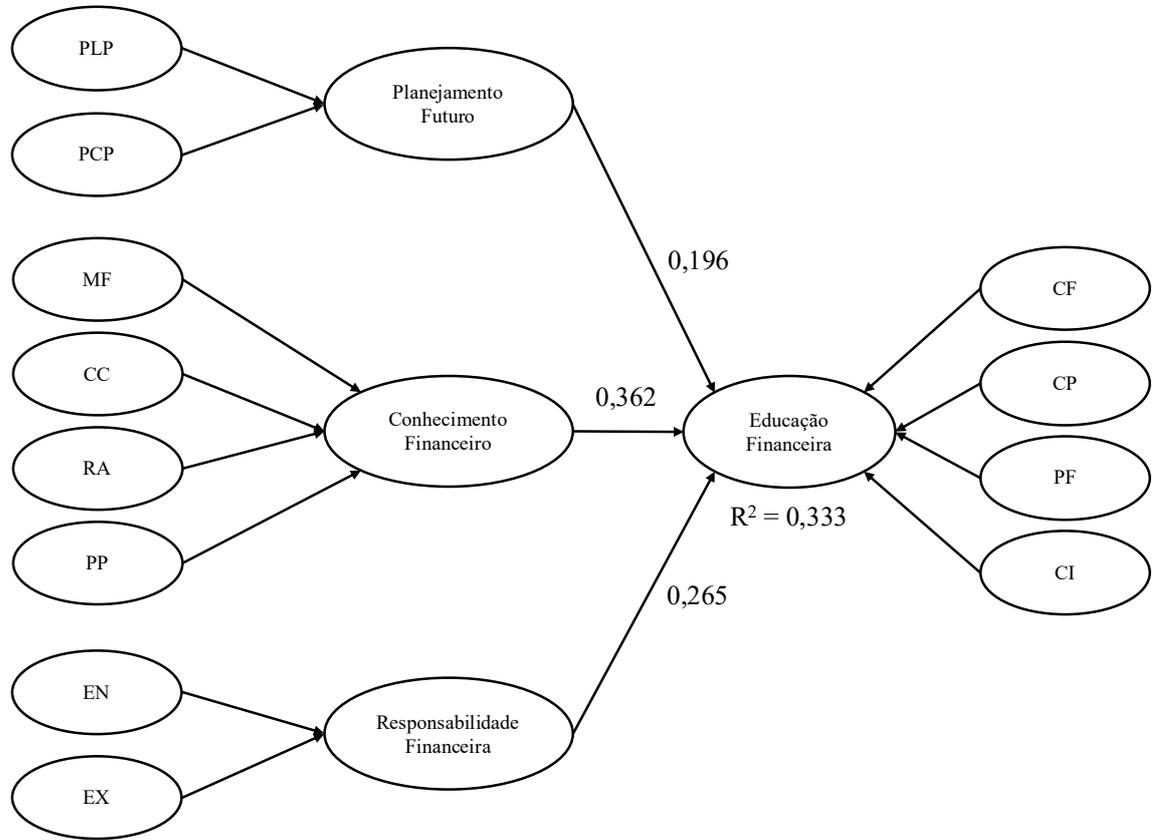
Tabela 14*Parâmetros do modelo estrutural*

Construtos Independentes	Construto Dependente	Coeficiente de Caminho	Intervalo de Confiança		Significância	FIV	f ²
			Limite Inferior	Limite Superior			
Conhecimento Financeiro	Educação Financeira	0,362	0,170	0,580	1,00	1,255	0,114
Planejamento Futuro		0,196	0,021	0,380	5,00	1,300	0,046
Responsabilidade Financeira		0,265	0,054	0,435	1,00	1,040	0,065

Fonte: dados da pesquisa

Figura 6

Resultados da estimação dos parâmetros do modelo – efeitos diretos



Fonte: dados da pesquisa

Os valores apurados para o Fator de Inflação de Variância (FIV) se situam abaixo do valor de referência (5,000), indicando que não há sobreposição de efeitos entre os construtos independentes. Tais resultados levam à não-rejeição das hipóteses de pesquisa, conforme apresentado na tabela 15.

Tabela 15

Resultado do teste de hipóteses

	Hipóteses	Resultado
H ₁	Quanto maior o Conhecimento Financeiro, maior a Educação Financeira do aluno	Não-rejeitada
H ₂	O Planejamento Futuro exerce influência positiva sobre a Educação Financeira do aluno	Não-rejeitada
H ₃	Quanto maior a Responsabilidade Financeira, melhor é a Educação Financeira do aluno	Não-rejeitada

Em complemento aos resultados dos testes de hipóteses e ao cumprimento dos objetivos desta tese, na Tabela 13 são apresentados os tamanhos dos efeitos (f^2) exercidos pelos construtos independentes, na explicação da variância do construto dependente. De acordo com Hair et al. (2014), efeitos menores que 0,020 são considerados insignificantes, entre 0,020 e 0,150 são considerados pequenos, iguais ou maiores que 0,150 e menores que 0,350 são considerados medianos e iguais ou maiores que 0,350 são considerados grandes. Os resultados apurados indicaram, em sua maioria, que os construtos independentes exercem efeitos pequenos na variância do construto dependente, indicando que não há concentração significativa de efeitos em um construto independente, indicando parcimônia do modelo estimado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira desponta como um fator de grande destaque para a formação de cidadãos mais preparados para o cenário econômico contemporâneo, caracterizado pela complexidade financeira e pela diversidade de produtos e serviços financeiros (Silva & Monteiro, 2023).

Conforme apontado por autores como Lusardi e Mitchell (2014), o fortalecimento da literacia financeira, que engloba conhecimentos básicos de orçamento, investimento e responsabilidade financeira, passou a ser fundamental para promover a estabilidade econômica e o bem-estar social.

Nesse contexto, este estudo buscou compreender as relações entre Conhecimento Financeiro, Planejamento Futuro e Responsabilidade Financeira na Educação Financeira dos estudantes do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas públicas estaduais de Belo Horizonte. Partindo do reconhecimento de que a educação financeira se tornou um fator essencial para o desenvolvimento de habilidades que capacitem o cidadão a tomar decisões financeiras conscientes e informadas como dito por Hurtado e Freitas (2020), a pesquisa investigou sobre a situação atual dos estudantes da EJA, avaliando como esses elementos influenciam suas práticas e compreensão sobre finanças.

Bandura (1986), discutiu a crença dos indivíduos em sua capacidade de organizar e executar ações para alcançar objetivos específicos. No contexto financeiro, essa teoria está associada à confiança das pessoas em aplicar seus conhecimentos para gerenciar recursos, tomar decisões financeiras informadas e superar desafios financeiros.

Gilligan (2012) destacou a relevância da autoeficácia para a educação financeira, argumentando que ela impacta diretamente a capacidade dos indivíduos de adotar comportamentos financeiros responsáveis.

Strathman et al. (1994), analisou como os indivíduos ponderam os efeitos de suas ações presentes no futuro. Essa teoria se faz necessária para compreender comportamentos financeiros como poupança e investimento, uma vez que indivíduos com alta consideração pelo futuro tendem a tomar decisões mais sustentáveis e planejadas. Gilligan (2012) apontou que essa reflexão sobre implicações de curto e longo prazo tem a sua importância, por ser categórica para decisões financeiras bem fundamentadas.

O conceito de Capital Social, conforme discutido por Lin (2022), refere-se aos recursos acessíveis por meio das redes sociais e relações interpessoais.

No âmbito da educação financeira, o capital social tem o seu destaque, pois fatores como o nível de escolaridade dos pais, o *status* socioeconômico e as redes comunitárias influenciam o acesso a informações e práticas financeiras. Gilligan (2012) aplicou essa teoria para evidenciar as desigualdades no acesso ao conhecimento financeiro, ressaltando a importância das influências familiares e sociais.

Kahneman (2012) trouxe a Teoria do Processamento de Informações Financeiras, fundamentada nos sistemas 1 e 2. Enquanto o sistema 1 tem por característica de ser rápido e intuitivo, o sistema 2 se apresenta como mais analítico e deliberativo. Essa dualidade explica como os indivíduos processam informações financeiras e tomam decisões. Biscaro e Fischer (2020) sugeriram que um foco maior no sistema 2 pode ajudar a evitar decisões impulsivas, promovendo escolhas mais racionais e baseadas em análise.

Essas teorias fornecem uma estrutura sólida para investigar a relação entre conhecimento, responsabilidade e planejamento financeiro na formação de indivíduos mais conscientes e autônomos.

Na expectativa de colaborar com o entendimento do tema, este estudo foi norteado pela pergunta de pesquisa: Qual a relação entre as dimensões Conhecimento Financeiro, Planejamento Futuro, Responsabilidade Financeira e Educação Financeira em escolas públicas estaduais do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos da Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG?

Assim, o modelo analítico adotado foi baseado na estrutura proposta por Gilligan (2012), incorporando um diagrama de caminho para examinar o efeito direto dos construtos Conhecimento Financeiro, Planejamento Futuro e Responsabilidade Financeira sobre a educação financeira.

Esse modelo permitiu a análise das inter-relações entre os fatores e sua contribuição para o desenvolvimento de comportamentos financeiros conscientes e informados e também oferecer *insights* sobre o papel da escola no fortalecimento da capacidade financeira dos jovens.

Este estudo foi metodologicamente quantitativo, com caráter descritivo e enfoque empírico. Utilizou-se um questionário estruturado aplicado a 212 alunos do ensino médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em escolas públicas da região metropolitana de Belo Horizonte.

O estudo empregou a Modelagem de Equações Estruturais (MEE) que permitiu a análise dos objetivos específicos: 1- Analisar a relação entre o conhecimento financeiro e a educação financeira; 2- Analisar a relação entre o planejamento futuro e a educação financeira; e 3-

Analisar a relação entre responsabilidade financeira e a educação financeira. Essa abordagem permitiu testar as hipóteses do estudo e avaliar a influência de cada dimensão no comportamento financeiro dos estudantes.

Os dados foram, inicialmente, submetidos a análises descritivas para caracterizar a amostra e verificar a consistência interna das variáveis por meio do *Alfa de Cronbach*. Em seguida, as análises de confiabilidade e validade convergente foram realizadas para confirmar a robustez das escalas utilizadas.

O Conhecimento Financeiro foi tratado por meio de uma escala que avaliava a compreensão dos alunos sobre conceitos financeiros essenciais, como orçamento, poupança e investimentos. O *Alfa de Cronbach* foi calculado para testar a confiabilidade da escala, com os resultados mostrando uma consistência interna satisfatória. A análise da MEE indicou que o Conhecimento Financeiro teve o maior impacto direto sobre a Educação Financeira, sugerindo que alunos com maior conhecimento básico financeiro tendem a adotar comportamentos financeiros mais responsáveis.

O Planejamento Futuro foi apresentado por intermédio de questões relacionadas à capacidade dos estudantes de estabelecer metas financeiras de longo prazo e refletir sobre as consequências de suas decisões financeiras. A confiabilidade interna dessa variável foi também verificada por meio do *Alfa de Cronbach*, que apresentou resultados positivos. A MEE revelou que o Planejamento Futuro teve uma influência positiva sobre a Educação Financeira, destacando a importância do foco no longo prazo para a tomada de decisões financeiras mais conscientes.

A Responsabilidade Financeira foi medida com base em comportamentos como controle de dívidas, consumo consciente e o cumprimento de compromissos financeiros. A consistência interna da escala foi verificada com o *Alfa de Cronbach* e a análise dos dados mostrou que a Responsabilidade Financeira também teve um impacto significativo na Educação Financeira dos alunos. A MEE indicou que a adoção de atitudes responsáveis em relação ao dinheiro se apresenta como um fator determinante para promover uma gestão financeira equilibrada e sustentável.

O tratamento geral dos dados incluiu, além das análises descritivas, verificações de confiabilidade interna para todas as escalas e validação convergente para assegurar que as variáveis estavam medindo corretamente os conceitos propostos.

A MEE foi utilizada para examinar as relações diretas e indiretas entre os construtos, revelando que cada um dos fatores analisados desempenha um papel importante na formação de comportamentos financeiros informados e responsáveis entre os estudantes

A MEE possibilitou a identificação de efeitos das dimensões sobre a Educação Financeira, destacando o impacto significativo do Conhecimento Financeiro, seguido pela Responsabilidade Financeira e pelo Planejamento Futuro.

Ao longo da análise, foi possível observar que as dimensões estudadas exercem influência significativa e variada na Educação Financeira dos alunos, com diferenças relevantes no nível de entendimento e prática entre os estudantes.

Assim como Hurtado e Freitas (2020), esses achados indicam a importância de um olhar atento às necessidades formativas em educação financeira, apontando para áreas que requerem maior foco pedagógico para promover uma base financeira sólida e equitativa entre os jovens e adultos da EJA.

A pesquisa contribui significativamente para o avanço teórico da educação financeira, principalmente ao integrar conceitos para analisar o comportamento financeiro dos estudantes.

Ao abordar as dimensões do Conhecimento Financeiro, Planejamento Futuro e Responsabilidade Financeira, o estudo amplia a compreensão sobre como essas variáveis se interrelacionam na formação de uma cidadania financeiramente consciente. Segundo Lusardi e Mitchell (2014), a educação financeira se faz necessária para capacitar os indivíduos a tomarem decisões informadas, o que reforça a importância de abordar o tema de maneira holística.

A pesquisa também corrobora a necessidade de integrar essas dimensões no currículo escolar, como já discutido por Souza (2013), que enfatiza o papel da escola na disseminação de conhecimentos financeiros básicos.

Além de sua contribuição teórica, a pesquisa tem implicações práticas importantes para a formulação de políticas educacionais. Com base nos achados, sugere-se que a educação financeira seja integrada de forma sistemática e contínua ao currículo escolar, especialmente nas escolas públicas, como uma forma de preparar os alunos para a complexidade do mundo financeiro.

A relevância de tal abordagem encontra-se defendida por autores como Neves (2021) e Dantas (2023), que destacam o papel fundamental da educação financeira para promover cidadãos mais informados e resilientes em relação aos desafios econômicos. Além disso, a pesquisa sugere que as escolas desenvolvam programas educacionais focados nas três dimensões identificadas, com o intuito de fortalecer a capacidade dos estudantes de tomar

decisões financeiras responsáveis, alinhando-se ao que afirmam Gilligan (2012) e Silva et al. (2023a) sobre a importância da formação prática e reflexiva.

A pesquisa também apresenta uma contribuição importante no campo organizacional, especialmente ao apontar a necessidade de capacitar educadores para ensinar conceitos financeiros de maneira eficaz. Segundo Souza et al. (2023), para que a educação financeira tenha um impacto significativo, tem-se a necessidade da boa preparação dos professores para integrar esses temas no processo de ensino-aprendizagem.

Este estudo teve como limitação à sua pesquisa, a dificuldade para a obtenção de informações de algumas escolas selecionadas, tais como: desconfiança ao repassarem número de alunos matriculados no ensino médio EJA; o acesso aos alunos para a aplicação do instrumento de pesquisa; e o desinteresse de cooperação dos alunos a responder o questionário.

A pesquisa sugere que programas de capacitação docente sejam desenvolvidos, alinhados com a ideia de que a educação financeira deve ser tratada de forma prática e envolvente, utilizando novas ferramentas digitais e abordagens pedagógicas inovadoras, como proposto por Fernandes et al. (2014).

No aspecto social, as contribuições da pesquisa são igualmente relevantes, pois destacam a importância da educação financeira na promoção de uma cidadania mais consciente e responsável. Conforme exposto por Silva e Monteiro (2023), a formação financeira pode ajudar a reduzir as desigualdades sociais, uma vez que, indivíduos com maior educação financeira tendem a tomar decisões mais acertadas, o que impacta diretamente na sua qualidade de vida e no seu bem-estar.

O estudo evidencia que, ao proporcionar conhecimentos financeiros adequados, tem-se a possibilidade de promover uma sociedade mais justa, onde os indivíduos tenham condições de gerenciar suas finanças de forma autônoma. Além disso, a educação financeira, como defendido por Gilligan (2012), se posiciona como um dos fatores para a redução do endividamento e da dependência do crédito, contribuindo para o fortalecimento das comunidades e para a melhoria do bem-estar coletivo.

A pesquisa também evidenciou lacunas e desafios, como a falta de conhecimento prático sobre finanças pessoais, em que muitos alunos demonstraram dificuldades em aplicar conceitos financeiros básicos no seu cotidiano; dificuldades no planejamento futuro. A análise de dados revelou que muitos estudantes ainda não conseguem estabelecer metas financeiras claras para o futuro e a desigualdade no acesso à educação financeira que, por intermédio do tratamento

dos dados, também sugeriu que a falta de uniformidade no acesso aos conteúdos educacionais de qualidade sobre finanças pessoais passou a ser um obstáculo significativo.

Esses desafios destacam a necessidade de políticas públicas e programas educacionais mais robustos, que abordem as questões financeiras de forma integrada e prática, para garantir que todos os alunos, independentemente de seu contexto socioeconômico, desenvolvam uma compreensão sólida e aplicável sobre finanças pessoais.

Com base nos resultados da pesquisa, sugere-se para futuras investigações que podem ser destacadas para aprofundar o entendimento sobre o desenvolvimento da educação financeira e abordar as lacunas encontradas pesquisas sobre percepções e experiências dos estudantes com entrevistas ou grupos focais, para explorar de maneira mais profunda as percepções dos estudantes sobre a educação financeira e como eles aplicam os conceitos no seu cotidiano. Isso permitiria compreender melhor as barreiras psicossociais, culturais e emocionais que influenciam o comportamento financeiro e ajudaria a identificar formas mais eficazes de engajamento.

Outra sugestão seria o estudo comparativo entre diferentes regiões ou contextos socioeconômicos, para entender melhor como o contexto socioeconômico influencia a educação financeira. Futuras pesquisas podem comparar os resultados de escolas em diferentes regiões do Brasil. Investigar como fatores como renda familiar, acesso a recursos financeiros e apoio comunitário afetam a aprendizagem e a aplicação dos conhecimentos financeiros pode ajudar a desenvolver programas mais inclusivos e adaptados a diferentes realidades.

REFERÊNCIAS

- Amorim, L. D. A. F., Fiaccone, R. L., Santos, C. A. S. T., Santos, T. N., Moraes, L. T. L. P., Oliveira, N. F., & Barreto, M. L. (2012). *Modelagem com equações estruturais: princípios básicos e aplicações. relatório de pesquisa*. Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17684>
- Andres, F. C., Andres, S. C., Moreschi, C., Rodrigues, S. O., & Ferst, M. F. (2020). A utilização da plataforma Google Forms em pesquisa acadêmica: relato de experiência. *Research, Society and Development*, 9(9), 1-7. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7174>
- Angelos, D. H. G. (2023). A inserção da educação financeira no currículo escolar: utilizando tecnologias digitais da informação e comunicação. *Refaqi-Revista De Gestão Educação Ee Tecnologia*, 14(1), 7-7. <https://refaqi.faqi.edu.br/index.php/refaqi/article/view/143>
- Anjos, L. M., & Rufino, M. C. C. (2023). A importância da educação financeira como disciplina curricular: revisão bibliográfica. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, 87-110. <https://doi.org/10.24979/gd45zg06>
- Arantes, A. M., Miguel, A., & Melo, L. L. (2023). Educação financeira nas escolas: uma ação falaciosa! *Revista Contemporânea*, 3(6), 5909–5935. <https://doi.org/10.56083/RCV3N6-064>
- Araújo, B., Francisco, M., Padilha, F., & Mechi, R. (2018). Educação financeira. *Revista Científica Unilago*, 1(1), 1-15. <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/97>
- Assis, S. A. de, & Torisu, E. M. (2021). Desvelando diálogos entre educação financeira e educação matemática crítica: uma pesquisa envolvendo dissertações de mestros profissionais. *Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática*, 14(2), 212-221. <https://doi.org/10.17921/2176-5634.2021v14n2p212-221>
- Atkinson, A., & Messy, F.-A. (2012). *Measuring financial literacy: results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) pilot study*. <https://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>
- Avelar, W. S. (2024). A importância da matemática financeira nos anos iniciais do ensino fundamental. *Epitaya E-Books*, 1(58), 287-310. <https://doi.org/10.47879/ed.ep.2024984p287>
- Banco Central do Brasil. (2024a). *Estatísticas monetárias e de crédito*. <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>
- Banco Central do Brasil. (2024b). *Projeção para a evolução do crédito em 2024*. <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202403/ri202403b2p.pdf>

- Banco Central do Brasil. (2024c). BC regula atuação em educação financeira do setor financeiro. <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/770/noticia>
- Banco Central do Brasil. (2023c). Estatísticas monetárias e de crédito. <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>
- Banco Central do Brasil. (2023d). Estatísticas de Poupança e Investimentos. <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/poupanca-investimentos>
- Banco Central do Brasil. (2023e). Indicadores de endividamento de risco e perfil do tomador de crédito. https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_8_endividamento_risco_2ed.pdf
- Banco Central do Brasil. (2023a). *Pesquisa sobre conhecimento financeiro*. <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/pesquisa-conhecimento-financeiro>
- Banco Central do Brasil. (2023b). *Relatório sobre a educação financeira no Brasil*. <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorio-educacao-financeira>
- Banco Central do Brasil. (2023f). Série Cidadania Financeira: Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão. Recuperado de https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_7_Global_Findex.pdf
- Banco Central do Brasil. (2022a). *Dados sobre fraudes financeiras*. <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/dados-fraudes-financeiras>
- Banco Central do Brasil. (2022c). Programa Aprender Valor. <https://www.bcb.gov.br/site/aprendervalor/NoticiaAprenderValor/56/noticia>
- Banco Central do Brasil. (2022b). *Relatório sobre a educação financeira no Brasil*. <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorio-educacao-financeira>
- Banco Central do Brasil. (2021a). *Relatório de cidadania financeira*. <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorio-cidadania-financeira>
- Banco Central do Brasil. (2021b). *Relatório de Cidadania Financeira: Educação Financeira no Brasil*. Banco Central do Brasil. https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/Documents/rel_cidadania_financeira.pdf
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: a social cognitive theory*. Prentice Hall.
- Biscaro, E. T., & Fischer, A. C. (2020). A importância da análise financeira na tomada de decisão. *Revista de Extensão e Iniciação Científica da Unisociesc*, 6(1), 1-18. <https://reis.unisociesc.com.br/index.php/reis/article/view/144>

- Borges, A. C., Neto., & Victor, E. F. (2023). Educação financeira, a ferramenta de inclusão no ensino de jovens e adultos para construção de um futuro seguro: uma revisão de literatura. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(2), 1236-1247. <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8619>
- Bourdieu, P. (1980). Le capital social: notes provisoires. *Actes de la recherche en sciences sociales*, (31), 2-3. https://www.persee.fr/issue/arss_0335-5322_1980_num_31_1
- Brito, F. R. M., Almeida, W. R., Pereira, J. A., Ferreira, A. C. A., & Felix, D. A. (2023). Educação financeira escolar para compreensão do impacto econômico da pandemia da Covid-19: um relato de prática no ensino médio. *Revista Educação Pública*, 23(16), 1. <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/16/educacao-financeira-escolar-para-compreensao-do-impacto-economico-da-pandemia-da-covid-19-um-relato-de-pratica-no-ensino-medio>
- Cattani, D. S. S., Camargo, B. F., Zanatta, J. M., & Halberstadt, I. A. (2021). Análise do comportamento financeiro do jovem universitário frente ao planejamento e endividamento pessoal. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 14(3), 221-248. <http://dx.doi.org/10.59306/reen.v14e32021221-248>
- Cerbasi, G. (2021). *Investimentos inteligentes: estratégias e táticas para aumentar seu patrimônio*. Editora Sextante.
- Chen, H., & Volpe, R. P. (1998). An analysis of personal financial literacy among college students. *Financial Services Review*, 7(2), 107-128. [http://dx.doi.org/10.1016/S1057-0810\(99\)80006-7](http://dx.doi.org/10.1016/S1057-0810(99)80006-7)
- Coleman, J. S. (1993). Social capital in creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 98(S), S95-S120. <https://www.jstor.org/stable/2780243>
- Collis, J., & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação* (2ª ed.). Bookman.
- Costa, C. E. M. (2023). *Educação e crescimento econômico no Brasil: uma análise da relação entre investimento em educação e desenvolvimento econômico no país*. [Dissertação de mestrado em Economia, Universidade de Brasília]. Repositório da UnB. <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/47753>
- Damasceno, A. V. C., Nunes, J. M. V., & Damasceno, C. B. (2023). Um percurso de estudo e pesquisa para a educação financeira. *Educação Matemática Pesquisa*, 25(2), 90-126. <https://doi.org/10.23925/1983-3156.2023v25i2p90-126>
- Dantas, J. E. (2023). O ensino de educação financeira nas escolas. *Revista Qulyacademics*, 1(3), 200-210. <http://doi.org/10.59283/ebk-978-65-85898-31-7>
- Diniz, S. R. S. (2015). *Análise de dados quantitativos: abordagens e técnicas*. Saraiva.
- Donadio, R. (2014). *Educação financeira de estudantes universitários: uma análise dos fatores de influência*. [Tese de doutorado em Administração, Programa de Pós-

Graduação em Administração, Universidade Nove de Julho]. Repositório Uninove.
<https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/999>

- Faveri, D. B., & Resende, M. C. (2020). Neuroeconomia: perspectiva histórica, principais contribuições e interpretações para a teoria econômica. *Sinergia-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, 24(1), 39-49.
<https://doi.org/10.17648/sinergia-2236-7608-v24n1-9042>
- Fernandes, D. (2014). Teaching Teenagers in the UK: How Financial Literacy Can Improve Social Mobility and Contribute to Young People's Emotional Well-being. *Social Policy & Administration*, 48(2), 170-194.
- Fernandes, A. H. |S., & Candido, J. G. (2014). Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, 5(2), 894-913.
<https://scite.ai/reports/educacao-financeira-e-nivel-do-zDNDEb>
- Fernandes, D., Lynch, J. G., & Netemeyer, R. G. (2014). Financial literacy, financial education and downstream financial behaviors. *Management Science*, 60(8), 1861-1883. <http://dx.doi.org/10.1287/mnsc.2013.1849>
- Ferraz, J. C. (2021). A educação financeira e sua importância na gestão financeira pessoal. *Revista Ciência da Sabedoria*, 2(2), 1.
<https://revista.faciencia.com.br/index.php/racs/article/view/53>
- Florianio, M. D. P., Flores, S. A. M., & Zuliani, A. L. B. (2020). Educação financeira ou alfabetização financeira: quais as diferenças e semelhanças? *Revista eletrônica Ciências da Administração e Turismo*, 8(1), 16-33.
<http://incubadora.periodicos.ifsc.edu.br/index.php/ReCAT/article/view/16-33--%20PDF>
- Franzoni, P., Martins, S. N., & Quartieri, M. T. (2018). A educação financeira como política pública no ensino básico: algumas reflexões. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, 8(2), 1. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/download/8427/6567>
- Gil, A. C. (2019). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6a ed.). Atlas.
- Gilligan, H. L. (2012). *An examination of the financial literacy of California college students*. California State University.
- Hall, S. (2014). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Lamparina.
- Hair, J. F., Jr., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2019). *Multivariate data analysis*. Cengage Learning.
- Hair, J. F., Jr., Hult, T. M., Ringle, C. M., & Sarstedt, M. (2014). *A primer on partial least squares structural equations modeling (PLS-SEM)*. SAGE.

- Hair, J. F., Jr., Hult, G. T. M., Ringle, C. M., Sarstedt, M., Danks, N. P., Ray, S. (2021). *Partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM) using R – A workbook*. 1st. Ed.
- Hartmann, A. L. B., & Maltempi, M. V. (2021). A abordagem da educação financeira na educação básica sob o ponto de vista de docentes formadores de futuros professores de matemática. *EM TEIA-Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, 12(2), 1-23. <http://dx.doi.org/10.51359/2177-9309.2021.250363>
- Hurtado, A. P. G., & Freitas, C. C. G. (2020). A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos. *Revista de Educação Popular*, 19(3), 56-76. <https://doi.org/10.14393/REP-2020-52731>
- Huston, S. J. (2010). Measuring financial literacy. *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 296-316. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>
- Kahneman, D. (2012). *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Objetiva.
- Keynes, J. M. (1985). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (2a ed.). Nova Cultural.
- Kistemann, M., Queiroz, C., & Figueiredo, A. C. (2020). Cenários e desafios da educação financeira com a Base Curricular Comum Nacional (BNCC): professor, livro didático e formação. *EM TEIA-Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, 11(1), 1-26. <https://doi.org/10.36397/emteia.v11i1.243981>
- Koblner, B. (2017). *Make your kid a money genius (even if you're not): a parent's guide for kids 3 to 23*. Simon & Schuster.
- Leffler, R., Ferreira, C. V., & Ferreira, M. A. V. (2021). Educação financeira e o desenvolvimento sustentável: uma revisão sistemática de literatura. *Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática*, 14(4), 502-513. <http://dx.doi.org/10.17921/2176-5634.2021v14n4p502-513>
- Lin, N. (2022). The role of social capital in economic development. *Journal of Economic Issues*, 56(1), 1-16.
- Lucena, E. R. D. C., Silva, C. A. T., & Azevedo, Y. G. P. (2021). A influência da capacidade cognitiva nos vieses cognitivos gerados pela heurística da representatividade. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 23, 180-205. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v23i1.4090>
- Lusardi, A. (2019a). Financial literacy: Do people know the ABCs of finance? *American Economic Review*, 109(7), 2895-2924. <https://doi.org/10.1177/0963662514564516>
- Lusardi, A. (2019b). Public-private partnerships to promote financially capable populations: policy recommendations. *Journal of Pension Economics & Finance*, 18(1), 1-9. <https://doi.org/10.1017/S1474747218000410>

- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011). Financial Literacy and Planning: Implications for Retirement Wellbeing. *Journal of Pension Economics & Finance*, 10(4), 549-565. https://www.nber.org/system/files/working_papers/w17078/w17078.pdf
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). Financial literacy and retirement planning in the United States. *Journal of Pension Economics and Finance*, 13(4), 407-429. https://www.nber.org/system/files/working_papers/w17108/w17108.pdf
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2020). The importance of financial literacy: Opening a new field. *Journal of Economic Literature*, 52(1), 5-44. <https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5>
- Mandell, L. (2008). *The financial literacy of young american adults* . Jump Start. <https://views.smgww.org/assets/pdf/2008%20JumpStart%20Financial%20Literacy%20Survey.pdf>
- Mandell, L. (2011). The role of education in personal financial literacy. *The Journal of Consumer Affairs*, 45(1), 127-140.
- Mandell, L., & Klein, L. S. (2009). The impact of financial literacy education on subsequent financial behavior. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 20(1), 15-24. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ859556.pdf>
- Matta, R. O. B. (2021). *Aplicação do modelo transteórico de mudança de comportamento para o estudo do comportamento informacional de usuários de informação financeira pessoal*. [Dissertação de Mestrado EM Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista]. https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/matta_rob_do_mar.pdf
- Ministério da Educação. (2021). *Motivações e justificativas para o programa. Educação financeira na escola*. <https://www.edufinanceiranaescola.gov.br/motivacoes-e-justificativas-para-o-programa/>
- Mitchell, O. S., & Lusardi, A. (2014). Financial literacy: Implications for retirement security and the financial marketplace. *Pension Research Council Working Papers*. <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199696819.001.0001>
- Moura, B. M., & Carvalho, V. G. (2021). *Educação financeira: influência nas decisões de consumo, investimento e poupança*. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 22. <https://congressousp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3633.pdf>
- Moysés, G. L. R., & Moori, R. G. (2007). *Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário*. ENEGEP. https://abepro.org.br/biblioteca/enegep2007_tr660483_9457.pdf
- Nascimento, F. L., Nogueira, S. M. S., Ferreira, L. D., Jr., & Lordelo, S. A. V. (2024). Aplicação do business intelligence em logística: uma revisão bibliométrica. *Revista Produção Online*, 24(1), 5113-5113. <https://doi.org/10.14488/1676-1901.v24i1.5113>

- Nascimento, W. G. (2020). *Educação financeira na educação de jovens e adultos: Vivências no Instituto Federal de Goiás (IFG)* [Dissertação de mestrado em Ensino, Instituto Federal de Goiás]. Repositório Univates. <https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/e80d5fa6-4dd5-4e4d-a6cb-19b38944927d/content/>
- Neiva, E. S., Benigno, M. C., Meireles, J. D. C., Santos, J. K. O., & Batista, E. C. (2023). A lei geral de proteção de dados e o desrespeito nas transações financeiras envolvendo aposentadorias de idosos. *Revista Contemporânea*, 3(12), 29939-29962. <https://doi.org/10.56083/RCV3N12-261>
- Neres, D. S., Melo, R. A., Amaral, A. C., & França-Carvalho, A. D. (2023). Educação financeira na escola: possibilidades e desafios para sua inserção no currículo de uma escola do campo. *Identidade!*, 28(1), 198-220. https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/
- Neves, J. A. B. (2018). *Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada*. Escola Nacional de Administração Pública (Enap).
- Neves, C. N. (2021). *Impacto da literacia financeira na poupança das famílias*. [Dissertação de mestrado em Economia, Universidade do Minho]. Repositório UM. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/77156>
- Oliveira, R. F. S. de (2017). *Educação financeira: um estudo sobre o comportamento financeiro de estudantes de Belo Horizonte*. [Dissertação de mestrado em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro Universitário UniHorizontes]. <https://mestrado.unihorizontes.br/educacao-financeira-um-estudo-sobre-o-comportamento-financeiro-de-estudantes-de-belo-horizonte/>
- Oliveira, M. M., & Silva, J. C. (2022). Indicadores de desempenho para a educação financeira escolar: uma proposta metodológica. *Revista Brasileira de Educação*, 27, e270032.
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2005). *Improving financial literacy: analysis of issues and policies*. OECD Publishing.
- Padilha, F., Araújo, B., & Francisco, M. (2023). Educação financeira. *Revista Científica da União das Faculdades dos Grandes Lagos*, 1(3), 97-107. <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/97>
- Papandrea, P. J., Machado, M. G., & da Silva, V. M. (2020). Planejamento financeiro, uma revisão da literatura. *Journal of Open Research*, 1(1), 1-8. <https://stellata.com.br/journals/jor/article/view/5>
- Paula, L. F. (2020). Financiamento, crescimento econômico e funcionalidade do sistema financeiro: uma abordagem pós-keynesiana. *Revista de Economia*, 10(3), 425-442. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612013000200006>
- Prawitz, A. D., Garman, E. T., Sorhaindo, B., & O'Neill, B. (2006). The InCharge Financial Distress/Financial Well-Being Scale: A new measure for financial distress and well-

- being. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 17(1), 1-10.
<http://dx.doi.org/10.1037/t60365-000>
- Potrich, A. C. G., Vieira, K. M., & Kirch, G. (2015). Determinants of financial literacy: analysis of the influence of socioeconomic and demographic variables. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 362-377. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501040>
- Prochaska, J. O., & DiClemente, C. C. (1983). Stages and processes of self-change of smoking: toward an integrative model of change. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 51(3), 390-395. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0022-006X.51.3.390>
- Remund, D. L. (2010). Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy. *Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 276-295.
<https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x>
- Resolução SEE N° 4.234, de 05 de setembro de 2019.* (2019). Estabelece normas para a Educação de Jovens e Adultos na rede estadual.
<https://srepassos.educacao.mg.gov.br/index.php/9-noticias/137-resolucao-see-n-4-234-de-22-de-novembro-de-2019>
- Santos, D. B., & Gallucci, H. Netto. (2020). Analfabetismo financeiro e histórico de crédito do cliente. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 22, 421-436.
<https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i0.4058>
- Savóia, M. G. M., Saito, M. I., & Santana, P. R. (2007). Validação de instrumentos na psicologia: uma visão introdutória. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 127-136.
- Seguins, P. S. (2023). *Análise da influência de fatores sociodemográficos na alfabetização financeira: estudo em um órgão público*. [Dissertação de mestrado em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório UFRN.
<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/52601>
- Senado Federal. (2019). *Despreparo financeiro da população é preocupante*.
<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/despreparo-financeiro-da-populacao-e-preocupante>.
- Sherraden, M. (2010). Financial education and economic inclusion. *Social Work*, 55(4), 325–334.
- Silva, D. F. (2024). *Matemática financeira e finanças pessoais: análise do perfil da licenciatura em matemática do IFPE Campus Pesqueira*. [Trabalho de conclusão de curso de graduação em Matemática, Instituto Federal de Pernambuco]. Repositório IFPE. <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/1213>
- Silva, F. V., & Costa, W. S. (2023). A racionalidade neoliberal na produção de discursos sobre a educação financeira em coleções didáticas do Novo Ensino Médio. *Revista Hipótese*, 9, 1-19. <https://revistahipotese.editoraiberoamericana.com/revista/article/view/425/482>

- Silva, A. C., Ferreira, D. S. T., & Castro, M. A. (2023a). Educação financeira: uma abordagem baseada em evidências para a formação de cidadãos financeiramente conscientes. *Revista Brasileira de Educação*, 28(1), 1-14. <https://doi.org/10.1590/0101-4028.2023.28.1.0001>
- Silva, B. A. B., & Monteiro, J. M. (2023). Financial education: a study on its importance in personal management. *Research, Society and Development*, 12(6), 1-15. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i6.42125>
- Silva, A. M., Silva, D. L., Fragoso, E. A. F., Filho., Matsushita, K. Y., Silva, K. M. D. C., & Vanderley, U. J. D. S. (2023b). A ausência da educação financeira no sistema de ensino básico do Brasil. *Caderno discente*, 8(3), 73-84. <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/Discente/article/view/953/416>
- Silva, A. C., de Souza, I. C., Bueno, M. P., de Almeida, A. L., & Silva, R. H. (2020a). Qualidade de vida e endividamento. *Desafio Online*, 8(2).
- Silva, A. K. P., Silva, F. G. F., Ferreira, J. L., & Castro, P. A. C. (2020b). Finanças pessoais: um estudo da relação entre a educação financeira e o endividamento dos servidores da Universidade Federal do Ceará. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, 11(2), 3189-3213. <http://dx.doi.org/10.15603/2177-7284/regs.v11n2p3189-3213>
- Silveira, J., & Montoito, R. (2022). A influência da Educação Financeira na vida das crianças: um estado do conhecimento da produção científica brasileira no período de 2018 a 2020. *Revista Insignare Scientia - RIS*, 5(5), 337-351. <https://doi.org/10.36661/2595-4520.2022v5n5.13288>
- Soares, C. A., Jr., Lima, L. B., Greatti, L., & Sela, V. M. (2021). Educação financeira nas escolas. *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*, 5(1), 1-17. <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/14086/9770>
- Soares, G. A.; & Dolzane, M. I. F. (2024). Uma sequência didática de educação financeira sobre consumo na perspectiva da educação matemática crítica. *REMATEC*, 19(47), 1-15. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2024.n47.e2024004.id535>
- Sousa, C. L. O., & Galvão, P. F. M. G., Jr. (2020). O Impacto da educação financeira nos orçamentos pessoais e para os investidores no Brasil. *Revista Campo do Saber*, 6(2), 27-44. <https://periodicos.iesp.edu.br/campodosaber/article/view/349>
- Souza, C. S., Nicoli, A. A. T. S., & Castro, L. C. (2023). Um estudo sobre a educação financeira nas escolas. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 2(1), 1-15. <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1201>
- Souza, V. S., & Naves, C. H., Jr. (2023). Sistema financeiro e livre comércio no século XXI: apontamentos sobre o advento das criptomoedas, finanças descentralizadas e o desafio da segurança pública brasileira em um cenário de expansão do mercado global. *Revista Da ESMESC*, 30(36), 134-154. <https://doi.org/10.14295/revistadaesmesec.v30i36.p134>

- Souza, D. O., Fonseca, E. T. S., Sales, T. P., & Santos, A. R. B. (2019). Contribuições da educação financeira para alunos do ensino técnico integrado de nível médio. In Congresso Nacional de Educação - CONEDU.. <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59678>
- Souza, V. L. T. (2013). *Educação financeira nas escolas: comportamento e conhecimento*. Senac.
- Strathman, A., Gleicher, F., Boninger, D. S., & Edwards, C. S. (1994). The consideration of future consequences: Weighing immediate and distant outcomes of behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66(4), 742-752. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.66.4.742>
- Thaler, R. H., & Sunstein, C. R. (2021). *Nudge: Improving decisions about health, wealth, and happiness*. Yale University Press.
- Valentim, R. K., Rodrigues, K. C., & Levino, N. (2020). Educação financeira: projeto Mulungú de fomento à economia doméstica em uma comunidade do Jacintinho. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 36(3), 1220-1247. <http://dx.doi.org/10.21573/vol36n32020.100322>
- Vanderley, M. S., Silva J. G. d S., & Almeida, S. A. (2021). Educação financeira na infância e adolescência e seus reflexos na vida adulta: uma revisão de literatura. *Facit Business and Technology Journal*, 1(20), 1-15. <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/index/search/titles?searchPage=32>
- Venâncio, A. B. (2024). *A revolução dos produtos financeiros no Brasil baseados em plataforma de negociação de criptomoedas*. [Dissertação de mestrado em Administração. Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/41024>
- Vieira, G., & Pessoa, C. (2020). Educação financeira pelo mundo: como se organizam as estratégias nacionais? *Educação Matemática Pesquisa*, 22(2), 658-688. <https://doi.org/10.23925/1983-3156.2020v22i2p658-688>
- Vinco, A., Florencio, R., & Viana, L. S. (2021). Educação financeira: sua importância no planejamento financeiro pessoal e familiar. *Cadernos Camilliani*, 15(3-4), 585-601. <http://www.saocamilo-es.br/revista/index.php/cadernoscamilliani/article/view/327>
- Xiao, J. J. (2004). A consumer education program based on the transtheoretical model of change. *International Journal of Consumer Studies*, 28(1), 55-65. <https://doi.org/10.1111/j.1470-6431.2004.00334.x>

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO – DISSERTAÇÃO MESTRADO – EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Este questionário faz parte importante do meu projeto de dissertação de mestrado no Centro Universitário Unihorizontes. Sua ajuda em respondê-lo é extremamente relevante para que eu possa concluir meu mestrado. Obrigado pela colaboração.

A) QUESTIONÁRIO SÓCIOECONOMICO:

1- GÊNERO:

- Masculino
- Feminino
- Não binário
- Prefiro não responder

2 - FAIXA ETÁRIA:

- Até 18 anos
- De 19 anos a 22 anos
- De 23 anos a 26 anos
- De 27 anos a 30 anos
- Mais de 31 anos

3 - ESTADO CIVIL:

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- União Estável
- Divorciado (a) / Separado (a)
- Viúvo (a)

4 – ATUALMENTE MORO:

- Com meus pais
- Sozinho
- Com dependentes (Filhos, cônjuge, etc.)
- Outros

5 – ANO/SÉRIE/PERÍODO:

- 1º Ano Médio EJA
- 2º Ano Médio EJA
- 3º Ano Médio EJA

6 – ESCOLA EM QUE ESTÁ MATRICULADO:

- EE Nossa Senhora do Belo Ramo
- EE Cândido Portinari
- EE Celso Machado
- EE Álvaro Laureano
- EE Manoel Casasanta
- EE Professor Moraes

7 – CARACTERÍSTICAS DE SEU TRABALHO ATUAL:

- Nunca trabalhou
- Já trabalhou
- Trabalha

8 – EMPRESA QUE TRABALHA

- Não trabalho
- Setor Público
- Setor Privado
- Autônomo
- Nenhum acima

9 – RENDA FAMILIAR MENSAL ATUAL:

- Até R\$1.412,00
- R\$1.412,01 - R\$2.824,00
- R\$2.824,01 - R\$5.648,00
- R\$5.648,01 - R\$11.296,00
- + de R\$11.296,00

B) CONHECIMENTO FINANCEIRO

A seguinte etapa possui 15 afirmativas, por favor, marque nas escalas o seu nível de concordância com os eventos citados abaixo. A escala abaixo possui níveis de 1 (um) à 10 (dez).

1 – Meu conhecimento sobre a poupança é:

Baixo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alto
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	------

2 – Eu uso a caderneta de poupança:

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

3 – Para mim as aplicações em caderneta de poupança rendem:

Pouco	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	-------

4 – Meu nível de conhecimento sobre aplicações no mercado financeiro (CDBs, Fundos DI, etc) é:

Baixo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alto
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	------

5 – Eu aplico meu dinheiro em aplicações no mercado financeiro (CDBs, Fundos DI, etc):

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

6 – Para mim as aplicações no mercado financeiro (CDBs, Fundos DI, etc), rendem:

Pouco	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	-------

7 – Meu conhecimento sobre aplicações em bolsa de valores é:

Baixo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alto
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	------

8 – Eu uso uma aplicação na bolsa de valores:

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

9 – Para mim as aplicações na bolsa de valores, rendem:

Pouco	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	-------

10 – Meu conhecimento sobre as taxas e formas de uso do cartão de crédito é:

Baixo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alto
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	------

11 – Eu faço compras com o cartão de crédito:

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

12 – Quando uso o cartão de crédito, minha expectativa de gastar menos, é:

Baixa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alta
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	------

13 – O conhecimento que possuo sobre finanças pessoais é:

Baixo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alto
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	------

14 – O nível de influência do conhecimento financeiro dos meus pais sobre a gestão das minhas finanças pessoais é:

Baixo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alto
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	------

15 – Meu interesse em buscar conhecer mais sobre finanças pessoais é:

Baixo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alto
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	------

C) PLANEJAMENTO FUTURO

Por favor, indique o quanto cada uma das 10 (dez) afirmações abaixo descreve ou não: a forma como você aborda o seu planejamento financeiro ou o seu comportamento financeiro pessoal. A

escala abaixo possui níveis de 1 (um) à 10 (dez), sendo 1 ‘Discordo Totalmente’ e 10 ‘Concordo Totalmente’:

1 – Eu planejo como as coisas deveriam ser no futuro e tento influenciá-las com meu comportamento do dia-a-dia.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

2 – Frequentemente, eu me dedico a um comportamento em particular, com a intenção de conseguir resultados que podem acontecer apenas daqui a vários anos.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

3 – Eu apenas me dedico a resolver minhas preocupações imediatas, imaginando que o futuro tomará conta de si mesmo.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

4 – Eu me comporto levando em conta apenas os resultados imediatos das minhas ações (dias ou semanas).

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

5 – Minha conveniência é um fator considerável, tanto nas minhas decisões como nas minhas ações.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

6 – Estou disposto a sacrificar minha felicidade ou bem-estar imediatos para alcançar

determinados resultados futuros.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

7 – Acredito que alertas sobre potenciais resultados negativos devem ser levados a sério, mesmo se este potencial resultado negativo possa ocorrer apenas daqui a muitos anos.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

8 – Geralmente, eu ignoro os alertas sobre possíveis problemas futuros, porque acredito que os problemas se resolverão antes que possam se tornar motivo de estresse excessivo.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

9 – Acredito que é desnecessário sacrificar-se agora, uma vez que se pode lidar com resultados futuros num momento posterior.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

10 – Eu apenas tomo ação para satisfazer minhas preocupações imediatas, imaginando que tomarei conta de problemas futuros em datas posteriores.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

D) RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

Esta etapa possui 12 afirmações, por favor, considere com que frequência você se sentiu estressado com os seguintes eventos financeiros nos últimos meses. A escala abaixo possui níveis de 1 (um) à 10 (dez), sendo 1 ‘Nunca’ e 10 ‘Sempre’:

1 – Pagar as contas em atraso, me deixa estressado.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

2 – Não ter dinheiro para as compras do dia – a – dia, me deixa estressado.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

3 – Viver na expectativa do recebimento do salário para quitar as contas, me deixa estressado.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

4 – Não ter renda fixa, me deixa estressado.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

5 – Quando o dinheiro que ganho, não é suficiente para cobrir as despesas, me deixa estressado.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

6 – Saber que eu ou minha família ganha menos do que a maioria das pessoas que conheço, me deixa estressado.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

7 – Ter dívidas de alto valor me deixa estressado.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

8 – Não ganhar o suficiente para cobrir despesas inesperadas, me deixa estressado.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

9 – Pegar empréstimos com altas taxas de juros, para o pagamento de dívidas, me deixa estressado.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

10 – Ter que realizar despesas com festas e ocasiões especiais, me deixa estressado.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

11 – Precisar pedir dinheiro emprestado de familiares e amigos, me deixa estressado.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

12 – Pagar impostos me deixa estressado.

Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Concordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------

E) EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Esta etapa possui 20 afirmações. A escala a seguir possui níveis de 1 (um) à 5 (cinco), sendo 1 ‘Nunca’ e 5 ‘Sempre’, portanto, conforme seu comportamento e modo de pensar, você:

1) Preocupa-se em gerenciar melhor o seu dinheiro.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

2) Anota e controla os seus gastos pessoais.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

3) Estabelece metas financeiras que influenciam na administração de suas finanças.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

4) Segue um orçamento ou plano de gastos semanal ou mensal.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

5) Fica mais de um mês sem fazer o orçamento de seus gastos.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

6) Estou satisfeito com o controle de suas finanças.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

7) Pago minhas contas sem atraso.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

8) Consegue identificar os custos que paga ao comprar um produto a credito.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

9) Tenho utilizado cartões de credito ou credito bancário automático.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

10) Ao comprar a prazo, você faz comparação entre as opções de credito que tem disponível.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

11) Mais de 10% da renda que você recebe no mês seguinte está comprometida com compras a credito.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

12) Paga integralmente a fatura de seu cartão de credito a fim de evitar encargos financeiros.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

13) Confere a fatura do cartão de credito para averiguar erros e cobranças indevidas.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

14) Poupa mensalmente.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

15) Poupa visando a compra de um produto mais caro.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

16) Possui uma reserva financeira que seja maior ou igual a 3 vezes a sua renda mensal, que possa ser usada em casos inesperados.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

17) Compara preços ao fazer uma compra.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

18) Analisa suas finanças com profundidade antes de fazer alguma grande compra.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

19) Compra por impulso.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------

20) Prefere comprar um produto financiado a juntar dinheiro para compra-lo a vista.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------